

# Compete ao Banco de Portugal controlar todo o sistema bancário

— FOI AFIRMADO NO I ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES BANCÁRIOS SOCIAIS-DEMOCRATAS



Trabalhadores bancários sociais-democratas no seu I Encontro Nacional

COIMBRA — «O Banco de Portugal, para além da sua função de Banco Emissor, deve controlar todo o sistema bancário. Medidas de controlo quantitativo, tais como redefinição de plafonds de redesconto, reservas obrigatórias e variações da taxa de desconto e medidas de controlo quantitativo do referente a taxas preferenciais e acordos prévios de redesconto são problemas a equacionar.

Consideramos conveniente a exis-

tência de uma Central de Riscos, bem como a de um Conselho Nacional de Crédito, a funcionar em moldes diferentes dos actuais, junto do Ministério das Finanças, composto por um representante de cada instituição de crédito, um representante dos ministros do Plano e Coordenação Económica, Agricultura e Pescas, Indústria e Tecnologia e Comércio e Turismo e presidido pelo ministro das Finanças ou por seu representante, o qual teria funções de órgão consultivo sobre a matéria respeitante à política de crédito» — foi referido no passado sábado, na primeira sessão dos trabalhos do I Encontro Nacional dos Trabalhadores Bancários Sociais-Democratas, que decorreu, durante o fim-de-semana em Coimbra.

Não só estas medidas — como que uma das conclusões que facilmente se via à distância — como diversas outras conferiram ao Encontro inegável interesse em que, inclusive, não faltou uma autocritica, quando não mesmo responsabilização aos trabalhadores res por tudo quanto se tem feito no seu sector de trabalho.

Atente-se a este propósito — correspondendo a um dos 3 pontos da agenda: «Contratação colectiva e Formação Profissional» — que os trabalhadores referiram que «os interesses da classe não podem continuar a ser salvaguardados através da via das negociações» e que, igualmente, não se pode conceber que seja o «contrato a continuar a ser o instrumento mais apto à defesa dos interesses profissionais» quando se sabe que «perante a transcendência dos problemas, perante as repercussões da actividade bancária sobre a orientação da vida económica» poderá ser imputada aos trabalhadores «uma boa dose de responsabilidade pelo que de errado porventura se haja cometido, pela nossa passividade, quando não pela nossa cumplicidade.»

Por outro lado, defenderam os trabalhadores, que «a economia portuguesa tem de reorganizar-se de forma a eliminar as empresas parasitárias, aquelas que não tenham viabilidade económica e mais não façam do que extorquir dinheiros ao erário público.»

Durante os trabalhos, e numa sequência de temas, viria a ser referido, na primeira sessão de anteontem, «O papel das organizações de trabalhadores na construção da nova sociedade portuguesa» considerando-se, sectorialmente, o papel das «comissões de trabalhadores e outras organizações representativas dos trabalhadores» bem como nas «estruturas sindicais».

Este tema surgia não só como na continuidade do que se havia já dito sobre «contratação colectiva e formação profissional», como também na linha de acção desenvolvida actualmente pelos trabalhadores da Banca que, como vimos, até foi alvo de crítica e responsabilização.

A mesa, porém — presidida por Rui Machete e onde se viam ainda, Barbosa de Melo, Sousa Franco, Joaquim Heleno, Roque Martins, Ferreira Dias e Armando Bengala — entendeu pôr os cerca de duzentos bancários presentes e todos os que se fizeram representar e se solidarizaram através de mensagens, perante um grave problema: «Os investimentos após o 25 de Abril não têm gerado progresso».

Para os engenheiros Correia Leião e Raposo Lima, convidados a pronunciarem-se sobre a temática, «os investimentos efectuados após o 25 de Abril não têm gerado progresso» porque, «em primeiro lugar, a sucessão de situações de golpe político, impediu que se tivesse fixado objectivos claros e aceitáveis para a maioria dos portugueses, assim como afastou igualmente a possibilidade de elaboração de um plano coerente, realista e progressista (desmoralizante facilidade com que se observam mutações de orientação nos pseudo-prodigiosos mentores da Revolução, que têm oscilado desde o P.C. ao P.S., passando pelo M.D.P./C.D.E. e G.I.S.-I.S., e se preparam para oferecer colaboração a quem vier no futuro, pois o que é indispensável é manterem-se na crista da onda revolucionária, incólumes aos seus efeitos de destruição».

«Como é de todos nós conhecido — referiu-se noutra passagem — verificamos e assistimos diariamente: à concessão de facilidades de financiamento em empresas estatizadas com situações líquidas negativas, para efeitos de pagamentos de salários; ao levantamento de dificuldades nos financiamentos em empresas privadas com autonomia financeira já reduzida a níveis perigosos; à apresentação por via oficiosa de projectos em que a solução preconizada para a regularização financeira dessas empresas passa pela participação do Estado no seu capital; à recusa sistemática de projectos de grande interesse técnico e económico, pela inexistência de

níveis normais de autonomia financeira, isto num País sem incentivos e sem protecção ao investimento privado».

## CONCLUSÕES

A meio da tarde de domingo, numa sessão prevista para a apresentação das conclusões e que deveria ter sido presidida por Sá Carneiro, que, por motivo de doença não se pôde deslocar a Coimbra, foi sumariamente referido o que tinham sido aqueles dois dias de trabalho.

Assim, os bancários sociais-democratas, deliberaram:

«Manifestar a preocupação pela manutenção prolongada do estado de crise da economia portuguesa e pela falta de perspectivas de, a curto prazo, ser invertida a tendência até agora verificada; necessidade de adopção urgente de medidas de relançamento de economia, devendo a tónica ser posta não, como até agora, em medidas de carácter restritivo, mas sim em actuações expansionistas com vista a aumentar a produção; restabelecimento da confiança do público nas instituições de crédito através do rigoroso cumprimento das regras deontológicas; estudo de novas e atractivas fórmulas de canalização de poupanças; em matéria de reestruturação do sistema bancário e financeiro: clarificação financeira imediata da situação das instituições de crédito; ponderação das vantagens da incorporação da actividade de balcões das unidades a integrar; subordinar a um critério de complementaridade; definição de um código de actuação e coexistência dos bancos nacionalizados que, entretanto, se desejam solventes, rentáveis e socialmente funcionais; imediata entrada em funcionamento de medidas de racionalização dos circuitos móveis de prospecção; tipificação das instituições que devem vir a figurar no futuro sistema financeiro português; constituição a curto prazo de um banco de desenvolvimento da agricultura; definição do grau de especialização bancária; necessidade da revisão do estatuto orgânico do Banco de Fomento Nacional e da Caixa Geral de Depósitos; alargamento da competência da Caixa Económica Postal; imediata entrada em funcionamento, no âmbito do Banco de Portugal, nos centros de riscos de crédito, de informações e de balanço; criação do Instituto de Estudos Bancários com o objectivo de assegurar a formação e o aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores bancários.»

Além disto os bancários sociais-democratas «apoiam todos os esforços de independência sindical relativamente às influências partidárias, repudiando triunfalistas das cúpulas, bem como o modelo do sindicalismo democrático e de enquadramento típico dos países do leste europeu».

Foi ainda considerada «a grave crise que atravessa o movimento sindical português» reafirmando-se, no entanto, o «apelado crítico aos princípios subjacentes à carta aberta defendendo também a necessidade de revisão dos actuais estatutos sindicais».

## Encontro de bancários do PPD-PSD

COIMBRA — Terminou ontem nas instalações das piscinas municipais desta cidade, o I Encontro Nacional de Trabalhadores Sociais-Democratas, ao qual assistiram os três vice-presidentes do PPD/PSD, Barbosa de Melo, Sousa Franco e Rui Machete.

«Situação Económica do País e Reestruturação da Banca» e «Contratação Colectiva e Formação Profissional», foram os temas debatidos por cerca de

duzentos bancários do PPD/PSD.

Ontem de manhã, procedeu-se à leitura das conclusões do Encontro.

No uso da palavra o dr. Rui Machete atacou o PCP, criticou o governo, e dirigiu, aos bancários do seu partido, um apelo no sentido de se organizarem «dentro do movimento sindical».

No decorrer do Encontro, realizou-se um colóquio orientado por Sousa Franco.

Rui Machete  
8/11/76





A mesa que presidiu aos trabalhos do Encontro Nacional dos Bancários

## Bancários sociais-democratas rejeitam sindicalismo burocrático

Na sequência da sugestão de vários núcleos do PSD/PPD dos trabalhadores da Banca realizou-se, em Coimbra, no último fim-de-semana, o I Encontro Nacional dos Bancários Sociais-Democratas, a que compareceram cerca de duzentos profissionais.

No final dos trabalhos a discussão sobre os temas propostos não havia sido esgotada e desde logo assente a realização de novo plenário a efectuar em meados de Janeiro. As cidades de Santarém, Porto e Lisboa foram indicadas para esta realização.

As comunicações apresentadas e discutidas em Coimbra abordaram os seguintes temas: «Situação económica do País e reestruturação da Banca»; «Contratação colectiva e formação profissional»; e «Papel das organizações de trabalhadores na construção da nova sociedade portuguesa — comissões de trabalhadores e outras organizações representativas dos trabalhadores e estruturas sindicais.»

O dr. Rui Machete, vice-presidente do PSD, que interveio no início dos trabalhos, a que estiveram também presentes os drs. Barbosa de Melo e Sousa Franco, afirmaria na sessão de abertura que os organismos representativos dos trabalhadores não podem ser correeis de transmissão dos partidos, como pretende o PCP, considerando que o militante partidário não deve ter uma actuação sectária nos sindicatos, desprendida dos interesses da maioria, para que sejam verdadeiramente independentes e não se arranjem figurinos parecidos com a Intersindical.

A necessidade de os bancários sociais-democratas se organizarem fortemente dentro do movimento sindical e ali se oporem a todas as tentativas de manipulação de totalitarismo, foi focada pelo dr. Rui Machete, que chegou a afirmar ser no «seio dos sindicatos que se joga o futuro da democracia em Portugal.»

Ainda na sessão de abertura, um membro da comissão organizadora do encontro, Armando Bengala, exprimira idêntica convicção.

Os drs. Sousa Franco, Mário Pinto e Sérvulo Correia dirigiram os trabalhos, coordenando a matéria em discussão sobre a qual foram aprovadas conclusões, na sessão de encerramento, os srs. Armando Bengala, Joaquim Heleno e Fernando Capitão, da comissão organizadora do Encontro. O primeiro leu, também, um telegrama do dr. Francisco Sá Carneiro, que havia sido convidado para presidir à sessão de encerramento, e que, por motivos de saúde, não pôde comparecer. Na sua mensagem, o presidente do PSD dizia acreditar que «este encontro muito

contribuirá para incrementar a implantação da social-democracia no seio dos trabalhadores portugueses».

### Conclusões

Sobre o primeiro tema (situação da economia portuguesa e reestruturação da banca), os bancários presentes em Coimbra manifestaram a preocupação «pela manutenção prolongada do estado de crise da economia portuguesa e pela falta de perspectivas de, a curto prazo, ser invertida a tendência até agora verificada.»

Preconizaram a «adopção urgente de medidas de relançamento da economia, devendo a tónica ser posta, não como até agora, em medidas de carácter restritivo, mas sim em actuações expansionistas com vista a aumentar a produção, a riqueza e o emprego, através do aproveitamento integral dos recursos humanos e materiais actualmente subutilizados e do investimento em novos sectores produtivos susceptíveis de canalizar uma parte apreciável da sua produção para os mercados externos.»

Ainda sobre este tema, aprovaram a «urgência em ser dado conhecimento público da situação, em matéria de reembolso dos volumosos créditos concedidos, durante o último ano e meio, no âmbito do Crédito Agrícola de Emergência, com aval do IRA.»

Quanto à «contratação colectiva e formação profissional», os bancários sociais-democratas consideram essencial que se ponha termo à ambiguidade da actuação de um Governo que se preocupa em afirmar defensor de uma transformação socialista da estrutura do Poder e, por outro lado, adopte uma política que se pretende realista de recuperação da actividade económica, sem que simultaneamente dê provas de uma vontade firme de participar nos trabalhos, mas não só na definição dos objectivos, mas principalmente das vias e dos instrumentos que correntemente conduzem a esses objectivos económicos e sociais.

«Não pode haver recuperação económica sem sacrifícios, mas é necessário que se conheça previamente a medida desses sacrifícios e a compensação imediata ou a prazo para eles.

«Os trabalhadores não poderão assistir impassíveis a que se pretenda construir o futuro sobre as suas costas e, muito menos poderão colaborar ou participar nessa construção ostensivamente arredados da discussão desse mesmo futuro e dos meios e etapas que a ele conduzem.»

### Sindicalismo

No último tema «Papel das organizações de trabalhadores na nova sociedade portuguesa», os bancários reunidos em Coim-

bra afirmaram a necessidade «de se não deixarem absorver interiormente pela sua necessária participação nas lutas pela edificação de um sindicalismo democrático, intensificar desde já a tarefa de reflexão sobre o papel dos sindicatos como meio de exercício organizado do poder pelos trabalhadores à luz da Constituição.»

Rejeitam «o modelo de sindicalismo burocrático e de enquadramento típico dos países de Leste europeu, assim como modelo do sindicalismo concebido como mero factor de correção dos efeitos negativos da economia de mercado, defraudando a construção em Portugal de um sindicalismo de intervenção, apostado na efectivação, por via democrática de profundas reformas da estrutura social existente.»

Depois de ratificarem o «apoio crítico» à Carta Aberta, os bancários sociais-democratas defenderam a «necessidade da revisão dos actuais estatutos sindicais, de forma a eliminar as práticas de manipulação das assembleias e a vontade geral dos trabalhadores por parte de grupos minoritários activistas, que tendem a instituir-se como grupos de poder paralelo relativamente às direcções sindicais.»





## I Encontro Nacional de Bancários Sociais-Democratas

# Analísada a situação económica Portuguesa e discutidos problemas da classe

"A banca não pode ser alheia à política económica que se entende prosseguir. A sua função, o seu papel, os seus critérios de actuação, a motivação final dos seus próprios agentes, não-de ser o reflexo da situação económica, dos objectivos traçados à sua evolução e dos quadros de política que se revelam adequados à sua prossecução" — afirmou Armando Bengala, nas palavras de introdução aos trabalhos do I Encontro Nacional dos Trabalhadores Bancários Sociais-Democratas que decorreu, em Coimbra, no passado fim-de-semana.

Cerca de duas centenas de bancários presentes e muitos outros que fizeram representar por procuração, participaram nos debates, conduzidos pela mesa, constituída por Rui Machete, na presidência, Barbosa de Melo, Sousa Franco, Joaquim Heleno, Roque Martins, Ferreira Dias e Armando Bengala.

No primeiro dia dos trabalhos, depois da sessão de abertura, seguiu-se a apresentação de uma tese subordinada ao tema "Contratação Colectiva e Formação Profissional" e o segundo foi dedicado à discussão de problemas da classe.

Durante os trabalhos foram postas diversas questões, consideradas extremamente importantes, para combate à crise económica que o país atravessa.

Nesse sentido, os bancários apontam para uma solução que se baseará na "eliminação das empresas parasitárias, aquelas que não tenham viabilidade económica e mais não façam do que extorquir dinheiros ao erário público".

### ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE DOS TRABALHADORES NA CRISE ECONÓMICA

Foi analisada cuidadosamente a responsabilidade dos trabalhadores na crise económica que o país atravessa e postas diversas perguntas em torno das quais o tema foi debatido, durante a sessão de sábado à noite. Perguntou-se nomeadamente:

"Os bancários, perante a transcendência dos problemas, perante as repercussões da actividade bancária sobre a orientação da vida económica, terão ou não uma boa dose de responsabilidade, pelo que de errado haja cometido, pela passividade, quando não pela sua cumplicidade?"

"Será que os interesses fundamentais da classe não-de continuar a ser salvaguardados através da via das negociações?"

— Será que o contrato há-de continuar a ser o instrumento mais apto à defesa dos interesses profissionais?"

"A quem e por que vias deve ser imputada a responsabilidade pela sua (trabalhador bancário) promoção — à empresa, ao Estado, ao próprio trabalhador?"

Esta questão, porém, viria a estar interligada com o terceiro tema, debatido ontem de manhã, "papel das organizações de trabalhadores na construção da nova sociedade portuguesa" e em que a análise se fez com maior profundidade.

### CONCLUSÕES DO ENCONTRO

Na sessão de encerramento, foram lidas as conclusões das quais destacamos:

— Manifestar a preocupação pela manutenção prolongada do estado da crise da economia portuguesa e pela falta de perspectivas de, a curto prazo, ser invertida a tendência até agora verificada: — Ser necessária a adopção de urgentes medidas do relançamento da economia; — Restabelecer a confiança do público junto das instalações de crédito, através do rigoroso cumprimento das regras deontológicas; — Estudo de novas e atractivas formas de canalização de poupança.

Em matéria de reestruturação do sistema bancário e financeiro ficou assente que seria necessário: — Proceder à clarificação financeira imediata da situação das instituições de crédito; — Ponderar as vantagens da incorporação da actividade de balcões nas unidades a reintegrar se subordinarem a um critério de complementaridade; — Definição de um código de actuação e coexistência dos bancos nacionalizados que, entretanto, se desejam solventes, rentáveis e socialmente funcionais; — Imediata entrada em funcionamento de medidas de acção dos circuitos móveis de prospecção; — Tipificação das instituições que não devem vir a figurar num futuro sistema financeiro português; — Constituição, a curto prazo, de um banco de desenvolvimento agrícola; — Definição de um grau de especialização bancária; — Necessidade de revisão de um estatuto orgânico do Banco de Fomento Nacional e da Caixa Geral de Depósitos; — Alargamento da competência

da Caixa Económica Postal: — Imediata entrada em funcionamento no âmbito do Banco de Portugal dos centros de riscos de crédito, de informações e de balanço; — Criação de um Instituto de Estudos Bancários, com o objectivo de assegurar a formação e o aperfeiçoamento profissionais dos trabalhadores bancários.

Em relação ao segundo tema, pode-se referir que os trabalhadores bancários sociais-democratas lembram que o direito à contratação colectiva está consagrado na Constituição sem discriminações: consideram essencial que se ponha termo à ambiguidade da actuação de um Governo que se preocupa em afirmar defensor de uma transformação socialista da estrutura do Poder e, por outro lado, adopta uma política que se pretende realista de recuperação da actividade económica, sem que, simultaneamente, dê provas de uma vontade firme de participar nos trabalhos, mas não só na definição dos objectivos, mas principalmente nas vias e dos instrumentos que correntemente conduzem a esses objectivos económicos e sociais.

Mais particularmente, definem que seja criada uma estrutura orgânica representativa das empresas, a nível empresarial e sectorial; que o processo de contratação

colectiva de trabalho no sector público não contenha especialidades ou excepções; que ao encontro dos níveis conflituais e no contexto lamentável da situação do processo de estruturação orgânica do sindicalismo português se faça um esforço conjugado e reforçado por todas as forças políticas do país, interessadas na democracia; que o mesmo esforço se aplique também à estruturação de um sistema de contratação colectiva articulado pondo fim à anarquia e à desarticulação actual; e que as situações de conflito aberto sejam também assumidas numa perspectiva de consenso sindical e governamental.

Além disto — e a terminar —, os trabalhadores bancários sociais-democratas apoiam todos os esforços de independência sindical relativamente às influências partidárias, repudiando o triunfalismo das cúpulas, bem como o modelo do sindicalismo democrático e de enquadramento típico do leste europeu.

Foi, ainda, considerada grave a crise que atravessa o momento sindical português, reafirmando, no entanto, o seu apoio crítico aos princípios subjacentes à "Carta Aberta", defendendo também a necessidade da revisão dos actuais estatutos sindicais.



# Tendência centralizadora do Governo causa preocupações

Manifestar preocupação pela «manutenção prolongada do estado de crise da economia portuguesa e pela falta de perspectivas de, a curto prazo, ser invertida a tendência até agora verificada»; pelos critérios até agora utilizados «pelo Governo na nomeação dos gestores das instituições de crédito do sector público, de marcado cunho partidário e consequente necessidade da sua rectificação»; expressar a «necessidade de clarificação — pelo Governo — das situações de crédito político concedido com ou sem aval do Estado a empresas inviáveis ou de viabilidade não comprovada solicitando do Governo a publicação urgente de uma lista de empresas beneficiárias de avales, com indicação dos montantes envolvidos e informação da situação e perspectivas económicas de tais empresas»; manifestar a urgência em ser dado conhecimento público da situação em matéria de reembolso dos volumosos créditos concedidos durante o último ano e meio, no âmbito do crédito agrícola de emergência, com aval do Instituto de Reforma Agrária.

Além disso os trabalhadores bancários sociais-democratas «tendo analisado várias questões pontuais da sua situação contratual e ainda várias tomadas de posição governamentais, entendem dever chamar a atenção do Governo socialista para a circunstância grave de a sua actuação merecer reparos e críticas que não podem omitir-se, designadamente a tendência centralizadora e autoritária dos ministros da tutela e do Ministro do Trabalho».

Estas, algumas das conclusões que os bancários sociais-democratas retiraram dos debates havidos no I encontro que, durante o passado fim-de-semana, realizaram em Coimbra.

O I Encontro Nacional de bancários sociais-democratas, integrados no sector dos sócio-profissionais do PPD-PSD, ao qual o presidente da comissão política do partido, Sá Carneiro, não pôde comparecer por razões de doença, decorreu em clima de «discussão viva» dos temas propostos. A participação activa e numerosa que caracterizou os debates, implicou que a análise dos temas se prolongasse para além do tempo previsto. O facto veio a interferir nos trabalhos em prejuízo do último ponto «papel das organizações de trabalhadores na construção da nova

sociedade portuguesa», que não ficou esgotado. Assim segundo o determinado, no princípio do mês de Janeiro será realizado um plenário nacional de bancários sociais-democratas para analisarem os problemas sindicais que se vivem no nosso país.

Na sessão de abertura, Armando Bengala estabeleceu os objectivos daquele encontro e, em nome do PSD, falou o vice-presidente Rui Machete. No final, o primeiro vice-presidente do Partido Social Democrata, Barbosa de Melo, condensou o espírito das conclusões atingidas e

fez uma saudação especial aos presentes.

## CLARIFICAÇÃO FINANCEIRA E RESTABELECER A CONFIANÇA

Analisando a situação económica, o Encontro concluiu, que a situação actual exige «a adopção urgente de medidas de relançamento da economia, devendo a tónica ser posta não, como até agora, em medidas de carácter restritivo, mas em actuações expansionistas com vista a aumentar a produção, a riqueza e o emprego». Foi ainda salientada a premência do «restabelecimento da confiança do público nas instituições de crédito através do rigoroso cumprimento das regras deontológicas, nomeadamente as da estrita observância do sigilo bancário, bem como a melhoria da qualidade do serviço prestado».

A reestruturação da banca, pela «clarificação financeira imediata da situação das instituições de crédito que manifestam preocupante debilidade; ponderação das vantagens da incorporação da actividade de balcões das unidades a integrar se subordinar a um critério de complementaridade; imediata entrada em funcionamento de medidas de racionalização dos circuitos móveis e de prospecção; pela nacionalização urgente do que é a expressão externa do nosso sistema bancário, os bancos portugueses no estrangeiro, assegurando-se o seu funcionamento

eficaz, constituição, a curto prazo, de um banco de desenvolvimento regional e o fomento do movimento cooperativo; e pela criação de um instituto de estudos bancários, para formação e aperfeiçoamento profissionais dos trabalhadores bancários».

Por outro lado, «uma concepção social democrata, dos processos de transformação social atribui à contratação colectiva do trabalho importante papel. Os trabalhadores bancários social democratas opõem-se a todos os atentados contra a contratação colectiva, mesmo no sector público, contra as medidas legislativas e práticas políticas governamentais que tendem a condicionar a contratação colectiva, levando-a, na prática, a desembocar sistematicamente em decisões administrativas do Governo». Rotulando de grave a crise que atravessa o movimento sindical, os bancários social democratas «reafirmam o seu apoio crítico aos princípios subjacentes à «Carta Aberta», enquanto defensores de um sindicalismo democrático; defendem a necessidade da revisão dos actuais estatutos sindicais, de forma a eliminar as práticas de manipulação de assembleias e da vontade geral dos trabalhadores, por parte de grupos minoritários activistas», e chamam a atenção para a «necessidade aprofundar, na prática, o papel das comissões de trabalhadores como forma de participação organizada na condição das unidades de trabalho».

8/11/76

## SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA REGIÃO SUL

# CONVOCATÓRIA

A solicitação da Direcção convoco a Assembleia Geral para reunir em sessão extraordinária, no dia 23 de Novembro de 1976 (3.ª-feira) das 21.30 horas às 24.00 horas, no Laboratório de Engenharia Civil, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**

**Discussão e votação sobre os seguintes pontos:**

- 1 — Adesão ou não à Intersindical (para cumprimento do artigo 7.º dos Estatutos).
- 2 — Ratificação da posição da Direcção relativamente à adesão aos princípios da «Carta Aberta».
- 3 — Participação ou não no Congresso dos Sindicatos.

A fim de permitir o início dos trabalhos à hora fixada, solicita-se a presença dos colegas a partir das 21.00 horas, dada a necessidade de identificação à entrada.

Pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
**Jorge Artur Ferreira Braga**

Capital 8/11/76

## Bancários sociais-democratas analisam economia do País

**D**ECORREU este fim-de-semana, em Coimbra, o 1.º Encontro dos Trabalhadores Bancários Sociais-Democratas, durante o qual foram debatidos vários temas, nomeadamente «A situação económica do País e a reestruturação da banca, «A contratação colectiva e formação profissional» e «O papel das organizações de trabalhadores na construção da nova sociedade portuguesa».

Ao encontro, no qual participaram 200 delegados, presidiu o dr. Barbosa de Melo, vice-presidente da Comissão Política do P. S. D. Sá Carneiro, convidado para a sessão pública de encerramento, não pôde comparecer por motivo de doença, tendo enviado, no entanto uma mensagem.

Acerca do tema «Situação económica portuguesa e reestruturação da banca» foram tiradas, entre outras, as seguintes conclusões: manifestar a preocupação pela manutenção prolongada do estado de crise da economia portuguesa e pela falta de perspectivas de a curto prazo, ser invertida a tendência até agora verificada; necessidade de adopção urgente de medidas de relançamento da economia, devendo a tónica ser posta, não, como até agora, em medidas de carácter restritivo, mas sim em actuações expansionistas, com vista a aumentar a produção, a riqueza e o emprego através do aproveitamento integral dos recursos humanos e materiais actualmente subutilizados e do investimento em novos sectores produtivos, susceptíveis de canalizar uma parte apreciável da sua produção para os mercados externos, assim como a urgência na delimitação nítida dos sectores em que poderão desenvolver-se e ser devidamente apoiadas actividades resultantes da iniciativa privada.

Sobre a reestruturação da banca, concluiu-se ser urgente, entre outras medidas, a clarificação financeira imediata da situação das instituições de crédito que manifestam preocupante debilidade, reforçando os capitais daquelas que, tendo dimensão apreciável, possuem real viabilidade económica e integrando a actividade das restantes, bem como a totalidade do respectivo quadro de trabalhadores nas instituições que vierem a permanecer no sistema.

Quanto ao tema «Contratação colectiva e formação profissional», os trabalhadores bancários sociais-democratas lembram que o direito à contratação colectiva está consagrado na Constituição sem discriminações, e que o respeito por essa consagração à Constituição implica a preservação por parte do sistema sindical, do patronato e do Governo, daquilo que é essencial na contratação colectiva.

No tema «o papel das organizações dos trabalhadores na construção da nova sociedade portuguesa», os bancários sociais-democratas firmaram a necessidade de se não deixarem absorver inteiramente pela sua necessária participação nas lutas pela edificação do sindicalismo democrático, intensificando desde já a tarefa de reflexão sobre o papel dos sindicatos como meio de exercício organizado do poder pelos trabalhadores à luz da Constituição.

Reafirmam também o seu apoio crítico aos princípios subjacentes à «Carta Aberta», alertando todos os trabalhadores e particularmente os da banca para a necessidade de obstar à desmobilização e ao desinteresse que se verifica frequentemente entre os trabalhadores sindicalizados. Os sindicalistas sociais-democratas deverão orientar-se na sua actuação «sem demagogias, ultrapassando teses históricas e avançando para posições concretas e objectivamente unitárias e de tolerância democrática com as mais linhas de expressão sindical». Chamam a atenção para a necessidade de «aprofundar na prática o papel das comissões de trabalhadores como forma de participação organizada na condução das unidades de trabalho, nomeadamente as do sector público e de defesa dos interesses dos trabalhadores, no âmbito daquelas unidades, bem como para a necessidade de discussão democrática entre os trabalhadores sobre o estabelecimento de critérios genéticos de delimitação entre o campo de intervenção dos sindicatos e o das comissões de trabalhadores».



# BANCÁRIOS SOCIAIS-DEMOCRATAS

## REUNIRAM-SE EM COIMBRA

P. Romalva  
8/11/76

COIMBRA — Terminaram ontem, ao fim da tarde, os trabalhos do I Encontro dos Bancários Sociais Democratas, realizado no complexo das Piscinas Municipais e que trouxe a esta cidade cerca de três centenas daqueles trabalhadores, contando com a presença de preponderantes figuras da comissão política do P. S. D./P. P. D., entre os quais Barbosa de Melo, Sousa Franco e Rui Machete.

Na sessão inaugural, realizada no sábado, Rui Machete proferiu uma alocução em que salientou o interesse do Encontro, bem como a importância das organizações sindicais, afirmando que o futuro da democracia portuguesa será jogado nos sindicatos. Opinou, entretanto, que os partidos não devem dirigir os movimentos sindicais, acusando por isso o P. C. P. E apontando a necessidade dos trabalhadores bancários se organizarem dentro do movimento sindical opoando-se desta forma a todos os totalitarismos, antigamente praticados pelo P. C. e agora a ser tentado pelo P. S., partido que, disse ainda tem máquina sindical organizada — a dominar. O dr. Rui Machete, concluiu o seu discurso criticando o Governo pela adopção de medidas sectoriais.

### REESTRUTURAÇÃO DA BANCA E CONTRATACÃO COLECTIVA

No início dos trabalhos, começou-se pela apresentação e discussão do tema n.º 1, «Situação da economia portuguesa e reestruturação da banca», sobre o qual se registaram várias intervenções. À noite foi abordado o tema n.º 2 «Contratação colectiva e formação profissional», presidindo à mesa Mário Pinto, Joaquim Heleño e Amando Bengala.

Ontem de manhã, na sequência dos trabalhos, houve animado debate sobre o tema n.º 3 «Participação dos trabalhadores na empresa — estruturas sindicais», presidindo à mesa, Chaves Correia, Roque Martins e Eduardo Gomes. Este tema foi sujeito a debate, tendo a mesa procedido às necessárias análises, não se chegando, no entanto, a esgotar todas as questões do problema em referência; no entanto, em seguida, decidiu-se, a realizar nos dias 14 e 15 de Janeiro — em cidade ainda não escolhida — irão ser abordados exaustivamente os aspectos deste terceiro ponto.

A sessão de encerramento, que se realizou ontem à tarde,

presidiu o dr. Barbosa de Melo, em representação do secretário-geral do P. S. D., dr. Sô Carneiro que, por motivos de saúde, não pode estar presente. Num telegrama que enviou, lamentava a sua ausência e referia que este encontro muito contribuiria para a implantação da social-democracia no seio dos trabalhadores portugueses.

### AS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES

No uso da palavra, o dr. Barbosa de Melo felicitou os trabalhadores bancários por constituírem um grupo laboral desde há muito inserido na vida sindical. Referindo que o grupo social-democrata ocupa no sindicalismo uma área que há muito motiva e demonstra possuir uma alta consciência da sua missão.

Sobre a acção sindical dos bancários, Barbosa de Melo afirmou que já no período salazarista e marcelista, eram eles, talvez, o grupo que melhor consciência teve do que lhe cumpria fazer em deteza dum movimento laboral verdadeiramente livre das tutelas do poder político ou de outras quaisquer tutelas. E prosseguiu: — «Este vosso encontro pode ser, por estar na tradição do movimento bancário, o caminho adequado para que os ideais que nos unem a todos como sociais-democratas, possam ganhar, progressivamente, o campo de todo o movimento sindical português. No fundo

— acrescentou — a grande maioria, a esmagadora maioria dos trabalhadores do nosso país aceita, adere a esta concepção geral da via política e também da vida laboral, que é a social-democracia. E noutro passo: «O problema está em que este ideal não lhe tem chegado a mensagem com aquela pureza que todos desejaríamos. Desde a primeira hora e sobretudo depois do 25 de Abril, a social-democracia foi malsinada, pública e privadamente, por todos aqueles a quem não interessa, no fundo, nem a democracia nem o socialismo».

Ocupou-se seguidamente na análise da sua concepção de organizações de trabalhadores, afirmando que «organizações de trabalhadores comandadas por forças políticas partidárias, são sempre falsas organizações de trabalhadores», definindo depois como sobre este aspecto os sociais-democratas viam o problema. A terminar as suas considerações sobre as organizações de trabalhadores diria que «sonos nós, trabalhadores que ao agir nos, a esfera própria do trabalho devemos fazer sempre a síntese entre o nosso ideal político e as nossas ambições no plano do trabalho».

Finalmente o vice-líder parlamentar do P. S. D. deteve-se em reflexões sobre as conclusões do Encontro afirmando que as mesmas revelavam bem a profundidade e a exigência da reflexão que presidiram a todos os trabalhos.

## MAIORIA E MINORIA <sup>P. Reis</sup> <sup>8/11/76</sup>

Para a Direcção do Partido Socialista, a palavra democracia tem duas interpretações opostas, consoante as conveniências. Disse o dr. Mário Soares no Congresso do seu partido: «é da democracia que a minoria se submeta às regras da maioria». A interpretação que lhe convém neste caso é esta, pois refere-se à vitória da lista de que fazia parte nas eleições para a Comissão Nacional. Entretanto, o «princípio» é esquecido quando convém o contrário. No mesmo Congresso, Mário Soares, Marcelo Curto e um dirigente do Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa (subscritor do grupo minoritário «Carta Aberta») tomam posição frontal contra a maioria esmagadora dos sindicatos portugueses que vão discutir em Congresso as alterações a imprimir ao movimento sindical e à sua Confederação — a Intersindical.

O grupo da «Carta Aberta», formado por sindicatos autodenominados de democráticos — cerca de 20, pretende impor os seus pontos de vista ao outro grupo, formado por mais de 200. A cisão do Movimento Sindical está a ser nitidamente preparada por Mário Soares com o seu «apelo directo aos trabalhadores passando por cima das direcções controladas». Isto é, no mínimo, uma ingerência na vida sindical tanto por parte do PS como do próprio Governo.

Para finalizar, apenas uma coisa que gostaria de ver bem vinculada: a cisão no Movimento Sindical, a dar-se, só pode ser da responsabilidade do grupo minoritário que, segundo as regras da democracia, se deveria submeter ao grupo maioritário.

FILIPE MANUEL CÂNDIDO DA SILVA — LISBOA

## «PARA UNIR OS TRABALHADORES»

# Escritórios de Setúbal substituem direcção sindical

Revisão 8/11/76

SETÚBAL (do nosso correspondente) — Toma hoje posse, às 21 horas, na sede do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Setúbal, a Comissão Directiva eleita em assembleia geral de sócios realizada na passada sexta-feira. A assembleia tinha sido convocada para apreciar o pedido de demissão da direcção e encontrar soluções de alternativa, no caso do pedido ser aceite, o que aconteceu.

O conflito começou quando, no dia 13 do mês passado, a assembleia geral do sindicato se reuniu para definir uma posição quanto ao Congresso de Todos dos Sindicatos e apreciar a funcionalidade da

direcção. Nessa reunião, por decisão da maioria, a direcção foi vinculada a abandonar as reuniões da chamada «Carta Aberta», não se tendo discutido o problema da funcionalidade, devido ao adiantado da hora.

Entretanto, a direcção, não se mostrando disposta a respeitar a decisão da assembleia, apresentou ao presidente da mesa, o pedido de demissão, o que determinou a convocação estatutária da reunião da passada sexta-feira.

Os demissionários, dando depois o dito por não dito, quiseram prolongar o respectivo mandato por mais 45 dias. Mas os trabalhadores presentes na assembleia de

sexta-feira, decidiram aceitar o pedido de demissão da direcção e elegeram — por grande maioria (apenas com 20 votos contra e 14 abstenções) — uma Comissão Directiva que deverá dinamizar o sindicato, unir os trabalhadores e preparar novas eleições para daqui a 90 dias.

### ADESÕES AO CONGRESSO

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares do distrito de Braga anunciou que participará no próximo Congresso de Todos os Sindicatos, em conferência de

Imprensa realizada durante o fim-de-semana.

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira de Braga, embora fazendo críticas ao Secretariado da Intersindical, defendeu a abertura do próximo Congresso a todos os sindicatos, filiados ou não na Inter, de modo a que se constitua uma central sindical única visando a defesa dos interesses de todos os trabalhadores.

Também a Assembleia de Magistrados do Ministério Público, reunida durante o fim-de-semana em Lisboa, decidiu que o respectivo sindicato participará no Congresso.



## ENCONTRO NACIONAL EM LISBOA

## Apontadas soluções globais para os problemas do trabalho

Mais de quatro mil representantes de organizações sindicais e de comissões de trabalhadores, do continente e ilhas, debateram no sábado os principais problemas que se colocam ao mundo do trabalho, e apontaram soluções e linhas de rumo para a legislação do sector.

Deste modo se concretizou o primeiro Encontro Nacional de dirigentes e delegados sindicais e membros das CTS, do qual resultaram conclusões sobre temas debatidos em dez secções. Avultam, entre eles, questões como a contratação colectiva, direito à greve, direito ao trabalho, segurança de emprego, controlo operário, segurança social, horário de trabalho, empresas autogeridas e intervenções, e trabalho doméstico.

Resultou, dos debates, a conclusão de que «é fundamental prosseguir com um intenso trabalho de massas, na mobilização permanente dos trabalhadores, mantendo e reforçando a sua unidade e organização para se conseguir levar a bom termo a luta contra os inimigos da democracia, os inimigos de classe dos trabalhadores».

Apontou-se, por outro lado, para a necessidade de consagrar o princípio da «obrigatoriedade da participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho, bem como na planificação e reestruturação dos sectores».

O Encontro assinalou, também, a importância do próximo Congresso de Todos os Sindicatos para a concretização da perspectiva da construção de uma sociedade justa e sem exploração.

Segundo números provisórios, este encontro, dos maiores de sempre, contou com a presença de 522 dirigentes sindicais, representando 181 organizações, 2001 delegados sindicais e 1528 membros

de comissões de trabalhadores, totalizando 4.051 representantes. Há a assinalar perto de 400 intervenções ao longo dos debates nas diversas secções, que culminaram com uma sessão de encerramento no Pavilhão dos Desportos largamente concorrida.

A contratação colectiva foi um dos temas que maior atenção mereceu por parte dos delegados ao Encontro. «Cerca de um milhão e quinhentos mil trabalhadores dos mais diversos sectores têm os seus interesses imediatos prejudicados e sofrem as consequências das dificuldades existentes na negociação dos contratos colectivos de trabalho», constatarem reproduzindo assim as recentes conclusões de um grupo de estudo para o assunto, criado pelo Movimento Sindical.

A responsabilidade por esta situação cabe «fundamentalmente ao patronato reaccionário e ao grande capital», que «actua com objectivos imediatos de aumentar a exploração dos trabalhadores e provocar ou agravar artificialmente conflitos e tensões susceptíveis de originar maiores dificuldades ao regime democrático». A actuação do Governo, neste aspecto, mereceu algumas críticas, pois «tem facilitado a política de recuperação capitalista», não se opondo com a firmeza necessária a essa «conduta obstrucionista e sabotadora».

Sugerem-se, pois, medidas tendentes a reconhecer o direito de contratação colectiva sem qualquer discriminação e por ramos de actividade; fixação de um prazo máximo de três meses para a conclusão do processo de regulamentação e criação de mecanismos legais que promovam a rapidez do processo de contra-

## CONTRATOS COLECTIVOS

tação; revogação imediata do

decreto-lei vigente que regula esta matéria; possibilidade de retroactividade dos CCTs. O Encontro ratificou, ainda, o projecto de diploma já apresentado pelo Movimento Sindical, consagrando estas aspirações.

No domínio do direito ao trabalho e segurança de emprego, os participantes pronunciaram-se pela revogação imediata de «toda a legislação antio-perária» que atente contra esses direitos. Entre ela, encontra-se o diploma que altera o regime de despedimentos, cujas disposições já começaram a ser aplicadas por «parte do patronato reaccionário», apesar do respectivo decreto ainda nem ter sido publicado. Os participantes exigem, aliás, a sua não promulgação, por o considerarem inconstitucional.

Das conclusões, quanto a este ponto, consta ainda a necessidade de revisão do diploma sobre contratos a prazo e do decreto-lei que determina a integração dos «excedentes» da função pública no quadro de adidos. Chamou-se também a atenção do Governo para a necessidade de cumprir «o espírito e a letra da Constituição da República no que se refere ao direito ao trabalho, censurando o severamente pelas cedências que tem vindo a fazer ao patronato revanchista e reaccionário».

Os delegados lembraram os despedimentos, agressões injúrias, ameaças, manobras vexatórias que estão a ser dirigidas contra dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, «perante a inércia, a incompetência e, por vezes, a cumplicidade do aparelho de Estado».

## DEFENDER OS POSTOS DE TRABALHO

O controlo operário reuniu

cerca de mil delegados, proporcionando perto de 50 intervenções para clarificação do tema. Concluiu-se que «o controlo operário constitui uma das formas de intervenção mais importantes dos trabalhadores para defender as nacionalizações, a Reforma Agrária e as empresas controladas pelos trabalhadores, para defender os postos de trabalho e melhorar as condições de trabalho em cada empresa».

O Encontro apoiou, por isso, o projecto apresentado pelo grupo de deputados comunistas à Assembleia da República, recentemente divulgado, apelando aos «deputados progressistas» para que o aprovem. Segundo as conclusões, é fundamental que o controlo operário avance, combatendo a sabotagem do patronato «que em muitas empresas se aproveita da falta de legislação».

O Encontro manifestou-se claramente contra o sistema de co-gestão, e debruçou-se sobre os problemas das empresas geridas pelos trabalhadores e intervenções, recusando a sua devolução. No que respeita, particularmente, às empresas em autogestão e cooperativas, exigiu-se a imediata publicação do despacho que cancela as acções de restituição de posse postas pelo patronato (os tribunais continuam a dar execução a essas acções, alegando a não publicação do diploma que as suspende); a entrega aos trabalhadores das empresas que estavam a ser geridas pelos trabalhadores e que foram indevidamente ocupadas pelos antigos patrões; e a publicação de um decreto-lei que assegure aos trabalhadores o direito de assumir a gestão das empresas a título definitivo e legalize as situações de facto, sem qualquer indemnização ao patronato.

## APLICAR A CONSTITUIÇÃO

Também o direito à greve mereceu tratamento especial. Foi bastante criticada a proposta de lei apresentada pelo Governo, que, em conjugação com o decreto sobre despedimentos, levam a supor que «o Governo visa ilegalizar todas as formas de luta dos trabalhadores que não consistam na paralisação total».

Tomando sempre como ponto de referência a Constituição, os delegados sustentam que não poderá existir qualquer restrição ao exercício do direito de greve. Apontam-se, em



## Têxteis Continua a greve na "Lopes Henriques"

Em plenário realizado no início da manhã de hoje, os trabalhadores da firma «Manuel Lopes Henriques e Filho, Lda.» decidiram-se pela continuação da greve total iniciada em consequência da declaração de despedimentos feita aos dirigentes sindicais Manuel Correia Lopes actual presidente da Direcção do Sindicato dos Têxteis do Sul e António Cunha Rosas presidente da Assembleia Geral do mesmo sindicato e membro do Secretariado da Intersindical.

Segundo informação recolhida junto da Comissão de Trabalhadores, a adesão à greve é total. Neste aspecto não se terá, portanto, verificado qualquer «surpreendente viragem», conforme expressão utilizada na edição de hoje do «Diário de Notícias», jornal que publica uma carta do advogado da Administração da empresa, dr. Alberto Bento, causídico que apresenta uma versão dos acontecimentos «completamente diferente», na verdade, da que foi apresentada, não só em declarações de carácter oficial, como em documentos do Sindicato dos Têxteis do Sul. O advogado citado evoca insistentemente aquilo que chama a «era do terror gonçalvista» para concluir que o Poder terá passado «para melhores mãos», registando-se a partir de então a decisão tomada pela Administração da firma relativamente à situação dos trabalhadores Manuel Lopes e António Rosas. O advogado termina a carta saída no «Diário de Notícias» formulando o voto de «que Deus nos ajude a levar a Cruz ao Calvário».

A crise laboral desencadeada na Manuel Lopes Henriques coincidiu com o início das paralisações diárias de uma hora no sector têxtil privado, fórmula de luta adoptada com vista a forçar o patronato a vir à mesa das negociações para a negociação do Contrato Colectivo Único e Vertical pretendido pelos trabalhadores. Na zona de acção do Sindicato dos Têxteis do Sul, a greve passou a duas horas, visando a segunda hora a reintegração dos trabalhadores da Manuel Lopes Henriques.

Em declarações prestadas recentemente à Anop, o presidente da Direcção do Sindicato dos Têxteis do Sul relacionou a atitude agora assumida pela administração da «Manuel Lopes Rodrigues» com uma manobra que estaria a ser orquestrada pela CIP, com vista a impedir a concretização do contrato único e vertical, manobra inserida noutra mais vasta — a recuperação, pelo capital, das conquistas alcançadas pelos trabalhadores nos últimos dois anos. Sublinhe-se a este propósito uma passagem que parece ser bem concludente do espírito com que foi redigida a carta já aqui citada do advogado Alberto Bento, mormente pela referência velada às conquistas da Reforma Agrária. Diz o causídico, entre muitas outras coisas: «Se a terra é para quem trabalha, também o salário só deve ser para quem trabalha». Esta afirmação vem no seguimento de toda uma argumentação tendente a demonstrar que os dirigentes sindicais Manuel Lopes e António Rosas não são trabalhadores.

## "DEMOCRACIA E PLURALISMO"

## Dirigentes dos Escritórios recusam convocar assembleia

Os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa continuam a dar provas do seu espírito antidemocrático e prepotente, recusando-se desta vez, a convocar uma assembleia geral extraordinária pedida por mais de duzentos sócios do sindicato e destinada a debater a legitimidade do referendo que os mesmos corpos gerentes impuseram à classe para o dia 18.

Na passada sexta-feira, o pedido de convocação foi entregue aos corpos gerentes. A assembleia deveria realizar-se, segundo o pedido dos sócios, no dia 16, ou seja dois dias antes da data marcada para a realização do referendo. Este foi «decretado» pelos dirigentes do Sindicato na sequência da tumultuosa assembleia geral extraordinária realizada a 14 de Outubro com o objectivo de analisar o comportamento da Direcção e definir orientações quanto à posição desta relativamente ao Con-

gresso dos Sindicatos. A direcção dos Escritórios foi subscritora da chamada «Carta Aberta» e uma das mais acérrimas defensoras da linha divisionista da referida «carta». Como a assembleia se mostrou desfavorável à posição da direcção e favorável à unicidade os corpos gerentes, depois de vários atropelos à legalidade destas reuniões, saíram da sala e deram posteriormente a assembleia por encerrada, impondo que o assunto se resolvesse por consulta à classe através de referendo. Grande número de sócios começou a movimentar-se, contestando a legalidade da realização do tal referendo e demonstrando que a assembleia fora ilegalmente encerrada, já que havia inscrições na mesa e propostas para debater e aprovar.

Depois da entrega do pedido, na sexta-feira, os corpos gerentes do Sindicato convocaram os mandatários dos subscritores do pedido de convocação, dizen-

do-lhes claramente que não convocavam a assembleia geral extraordinária por eles solicitada para a data desejada, mas que a convocariam para data posterior à do referendo.

Entretanto, a actuação dos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa continua a ser alvo de censura e repúdio por parte de organizações de trabalhadores. Assim, os trabalhadores de escritório da «Empresa de Publicidade Seara Nova» aprovaram uma moção de censura aos dirigentes do Sindicato, na qual exigem «a devida continuação da assembleia geral extraordinária iniciada em 14 de Outubro, cuja necessidade é confirmada pela grande afluência que a primeira sessão teve (os sócios que lá foram não procuravam um «referendum») e que sejam considerados válidos todos os documentos e pedidos de inscrição entrados na mesa, a menos que os proponentes os queiram retirar».

## Quase certo 13.º mês em títulos

Com o envio a Conselho de Ministros do projecto de decreto-lei que estabelece as normas a aplicar para que parte do 13.º mês seja pago em títulos do Tesouro, parecem ser cada vez menores as dúvidas de que o Governo mantém firmes os seus propósitos de concretizar esta medida.

O projecto de decreto agora enviado para discussão ao plenário do Governo, abrange na medida, além dos assalariados, os reformados, os trabalhadores por conta própria, os empresários e os proprietários. Para os infractores estão previstas pesadas sanções que podendo atingir os mil contos,

podem ainda ser agravadas com penas de prisão até um ano.

De acordo com o projecto do diploma, os títulos que completarão o subsídio de Natal em montantes superiores a cinco contos, deverão ser requisitados a partir do dia 16 de Dezembro na Caixa Geral de Depósitos e o seu pagamento poderá ser feito em duas prestações quando a importância a investir for superior a dez contos.

Ainda do projecto: os juros começarão a ser devidos a partir de Fevereiro de 1978 e as amortizações iniciam-se em 1980, por sorteio ao par.



# ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES APROVA IMPORTANTES CONCLUSÕES

Mais de quatro mil representantes de trabalhadores participaram, no passado sábado, no Encontro Nacional de Trabalhadores promovido pelo secretariado da Intersindical e que decorreu no Instituto Superior Técnico. Neste encontro tiveram assento 522 dirigentes sindicais, mais de dois mil delegados sindicais e 1528 membros de comissões de trabalhadores. A sessão final efectuiu-se pelas 21 horas, no Pavilhão dos Desportos.

Divididos por dez secções de trabalho, aqueles dirigentes abordaram questões gerais da situação do trabalhador, tendo-se debruçado sobre medidas concretas e imediatas a adoptar para a defesa dos seus interesses. Assim se exigiu que «os deputados progressistas aprovem o projecto de lei apresentado na Assembleia da República, para que o controlo operário avance, combatendo firmemente a sabotagem do patronato».

A necessidade de planificar a economia e de desenvolver a reforma agrária no sentido de «deixarem de funcionar em concorrência capitalista» é, segundo as conclusões ali aprovadas, «a melhor garantia que temos para vencer as tentativas de recuperação capitalista, reforçar a independência nacional e consolidar a democracia político-económica rumo ao socialismo, como a Constituição aponta».

## «acções de restituição de posse» continuam

Os representantes dos trabalhadores repudiaram ainda «todas as tentativas de entrega das empresas intervencionadas ou sob gestão dos trabalhadores aos antigos patrões». A este propósito se afirmou que, apesar de o Conselho de Ministros ter recentemente decidido «cancelar as acções de restituição da posse, postas pelos antigos patrões, os tribunais continuam a dar execução a tais acções, alegando que essa decisão ainda não foi publicada no «Diário da República».

Ainda no terreno do apoio às empresas sob controlo dos trabalhadores ou intervencionadas e às unidades colectivas de produção, foi exigida «a imediata autorização de utilização das máquinas agrícolas» oferecidas por cooperativas de países socialistas à U. C. P., num valor total que orça pelos cem mil contos e que aguardam a legalização. Por outro lado, reclamou-se o rigor no cumprimento da lei das expropriações, nomeadamente de «mais 30 mil hectares de terra, que continuam nas mãos dos agrários» e da lei do arrendamento rural.

## Máxima amplitude no direito à greve

A proposta de lei sobre o direito à greve, que o Governo apresentou à Assembleia da República, conjugada com o recente decreto-lei sobre os despedimentos (que os trabalhadores contestam), levou os participantes no encontro a concluir que «o Governo visa legalizar todas as formas de luta dos trabalhadores que não consistam na paralisação total do trabalho», o que, além de «limitar fortemente as possibilidades de luta contra a recupe-

ração capitalista» terá repercussões económicas desastrosas.

Neste capítulo reivindicou-se para as assembleias da empresa, convocadas pelas estruturas sindicais, pelas comissões de trabalhadores ou por uma pequena percentagem dos trabalhadores da empresa, a possibilidade de declarar a greve, atribuição que, com os novos diplomas legais é reservada às organizações sindicais. Defendeu-se a legitimidade dos piquetes de greve, destinados a persuadir os trabalhadores, e a interdição da autoridade patronal contratar outros trabalhadores durante o período da paralisação. Foi também frisado que a suspensão do contrato de trabalho, enquanto durar a greve, coloca os trabalhadores a coberto do poder disciplinar da entidade patronal, mantendo, todavia, aqueles, o direito à retribuição dos dias de paragem, se a greve for decretada para obstar a qualquer violação dos direitos e garantias previstos na Constituição, nas leis ou nos contratos. Os contratos colectivos não poderão, em caso algum, limitar este direito — acentuou-se.

## Noventa dias para concluir um C. C. T.

No tocante à contratação colectiva — cuja secção especializada foi a mais concorrida de todas — adiantaram-se, entre outras, as seguintes medidas: direito de contratação colectiva sem discriminação; elaboração de contratos verticais, por ramos de actividade; não automatização automática dos processos de contratação nas empresas nacionalizadas; criação de mecanismos legais aceleradores, nomeadamente pela estipulação de um prazo de noventa dias para a conclusão dos C. C. T. e intervenção obrigatória do Ministério do Trabalho, a requerimento dos sindicatos.

No domínio do direito ao trabalho e à segurança de emprego, reiterou-se também a exigência da não promulgação do diploma aprovado em Conselho de Ministros «sobre despedimentos com justa causa», considerado pelos participantes no Encontro como inconstitucional. Foi também reclamada a revisão do Decreto-Lei n.º 781/76, sobre os contratos a prazo e a revisão global do Decreto-Lei n.º 294/76, tido no Encontro como atentatório do direito ao trabalho na função pública.

## Direito de antena para o movimento sindical

Colocando o problema do horário de trabalho numa perspectiva global e sectorial, exigindo a sua análise numa óptica de planificação económica, para cuja estatuição foi exigida a obrigatória participação dos trabalhadores, foi solicitada a actual legislação sobre a matéria, tendo sido defendido

a não ultrapassagem das 40 horas semanais. Para os sectores onde o horário de trabalho seja inferior a 40 horas, propugnou-se a sua manutenção, até à completa reestruturação da actividade em causa.

O Encontro debruçou-se ainda sobre os problemas inerentes à Previdência, tendo exigido a não integração desta no Estado, se tal significar im-

possibilidade do seu controlo pelo movimento sindical.

Entre as moções aprovadas no Encontro destaca-se ainda uma em que é sublinhada a «escalada reaccionária nos órgãos de Informação» e que alerta os órgãos do poder para o «cumprimento do artigo 40.º da Constituição, que dá o direito de antena ao movimento sindical».

## DIA - 8/11/1976 Num encontro promovido pela Intersindical

# Trabalhadores debateram legislação laboral

## • Exigido o pagamento integral do 13.º mês

Com a participação maciça de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores vindos de todos os pontos do país, efectuiu-se, no sábado, no Instituto Superior Técnico, um encontro Nacional sobre Legislação do Trabalho, patrocinado pela Intersindical.

Foram debatidos os seguintes pontos constantes da ordem de trabalhos: controlo operário, empresas sob gestão dos trabalhadores, direito à greve, contratação colectiva e política salarial, direito ao trabalho, horário de trabalho, segurança social e saúde, trabalho doméstico, direitos e garantias dos trabalhadores reconhecidos na Constituição e unidade dos trabalhadores, reforço da organização e trabalho de massas.

As conclusões do encontro foram divulgadas, à noite, na sessão de encerramento realizada no Pavilhão dos Desportos e serão entregues por uma comissão às mais altas instâncias do poder: Presidente da República, Assem-

bleia da República, Primeiro-Ministro, Conselho da Revolução, Comissão Constitucional e Provedor da Justiça.

A necessidade de planificar a economia e de desenvolver a reforma agrária no sentido de «deixarem de funcionar em concorrência capitalista» é, segundo as conclusões ali aprovadas, «a melhor garantia que temos para vencer as tentativas de recuperação capitalista, reforçar a independência nacional e consolidar a democracia político-económica rumo ao socialismo, como a Constituição aponta».

Os representantes dos trabalhadores reunidos no encontro repudiaram ainda «todas as tentativas de entrega das empresas intervencionadas ou sob gestão dos trabalhadores aos antigos patrões».

O decreto-lei, já aprovado, sobre os despedimentos foi igualmente alvo de contestação assim como o decreto-lei 164-A/76.

Foi também exigido o «congelamento dos preços dos produtos e serviços de



primeira necessidade», a «actualização do salário mínimo de acordo com o nível de vida e o pagamento integral do 13.º mês».

Entre as moções aprovadas assinala-se uma em que é sublinhada a «escalada reaccionária nos órgãos de informação» e que alerta os ór-

gãos do poder para «o cumprimento do artigo 40.º da Constituição que dá o direito de antena ao movimento sindical».

## Por iniciativa da Inter

Julho 8/11/76

# Discutida legislação de trabalho

A legislação de trabalho foi o principal tema de um encontro que reuniu cerca de quatro mil e quinhentos dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores e que teve lugar nas instalações do Instituto Superior Técnico, em Lisboa. Organizado pelo secretariado da Intersindical e pelas Comissões de Trabalhadores das Cinturas Industriais de Lisboa e Setúbal, os participantes dividiram-se por dez secções, que abordaram os seguintes temas: unidade e organização dos trabalhadores; controlo operário; direito ao trabalho e à segurança no emprego; direito à greve; contratação colectiva; empresas sob gestão dos trabalhadores, intervencionadas ou em regime de cooperativa; horário de trabalho; segurança social e

saúde; trabalho doméstico; direitos e garantias dos trabalhadores consignados na Constituição.

Entre as muitas conclusões aprovadas, são de destacar, pela sua importância, o repúdio do diploma aprovado pelo Conselho de Ministros que regulamenta os despedimentos com justa causa, bem como dos projectos, já divulgados, do Ministério do Trabalho, relativamente à lei da greve e contratação colectiva. Os participantes exigiram, por outro lado, a participação dos trabalhadores na elaboração da legislação de trabalho, pesadas sanções para as entidades patronais que exerçam «lock-out», o congelamento dos preços dos produtos e serviços de primeira necessidade e a actualização do salário mínimo de acordo com o nível de vida.

Na sessão de encerramento, que decorreu no Pavilhão dos Desportos, foi feito um apelo «aos deputados progressistas» no sentido de que «aprovem o projecto de lei apresentado à Assembleia da República para que o controlo operário avance, combatendo firmemente a sabotagem do patronato».

Segundo as afirmações proferidas por um elemento do secretariado da Intersindical, «o encontro constituiu, pela sua dimensão e significado, uma clara e inequívoca resposta às tentativas de recuperação capitalista da economia, às violações da Constituição que as forças inimigas dos trabalhadores ensaiam por todas as formas, e à passividade do Governo em contrariar esses esforços anti-trabalhadores e anti-massas populares».



# Trabalhadores apresentam propostas ao Governo

Decorreu no passado sábado, nas instalações do Instituto Superior Técnico de Lisboa, o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores, que reuniu 522 representantes de 181 sindicatos, além de 2000 delegados sindicais e 1528 representantes de Comissões de Trabalhadores.

Como exigências ao Governo, destaca-se a insistência sobre o avanço do controlo perário, a necessidade de planificação da economia e do desenvolvimento da Reforma Agrária «fora dos moldes da concorrência capitalista», consideradas condições básicas para «vencer as tentativas de recuperação capitalista, reforçar a independência nacional e consolidar a democracia rumo ao socialismo, como a Constituição indica».

Foram também repudiadas por maioria «todas as tentativas de entrega das empresas intervencionadas pelo Estado ou sob gestão dos trabalhadores aos antigos patrões».

Além da necessidade do congelamento dos preços dos produtos e serviços de primeira necessidade e de actualização do salário mínimo de acordo com a carestia da vida — bem como do pagamento integral do 13.º mês — foram abordadas questões relativas à legislação sobre o trabalho. Deste estudo, levado a cabo pelos 10 grupos de trabalho, resultou a contestação do decreto-lei, já aprovado, sobre os despedimentos, bem como o Decreto-Lei 164-A/76.

Igualmente, exige-se aos órgãos do poder que façam cumprir ao patronato os direitos dos trabalhadores e obedeçam ao princípio constitucional da participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho. Finalmente, foi sublinhado neste Encontro a «escalada reacção» nos órgãos de Informação, apelando para o Governo no sentido de fazer respeitar o art.º 40.º da Constituição, que assegura o direito de antena ao movimento sindical.

## “DEMOCRACIA E PLURALISMO”

# Dirigentes dos Escritórios recusam convocar assembleia

Os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa continuam a dar provas do seu espírito antidemocrático e prepotente, recusando-se desta vez, a convocar uma assembleia geral extraordinária pedida por mais de duzentos sócios do sindicato e destinada a debater a legitimidade do referendo que os mesmos corpos gerentes imberam à classe para o dia 18.

Na passada sexta-feira, o pedido de convocação foi entregue aos corpos gerentes. A assembleia deveria realizar-se, segundo o pedido dos sócios, no dia 16, ou seja dois dias antes da data marcada para a realização do referendo. Este foi «decretado» pelos dirigentes do Sindicato na sequência da tumultuosa assembleia geral extraordinária realizada a 14 de Outubro com o objectivo de analisar o comportamento da Direcção e definir orientações quanto à posição desta relativamente ao Con-

gresso dos Sindicatos. A direcção dos Escritórios foi subscriptora da chamada «Carta Aberta» e uma das mais acérrimas defensoras da linha divisionista da referida «carta». Como a assembleia se mostrou desfavorável à posição da direcção e favorável à unicidade os corpos gerentes, depois de vários atropelos à legalidade destas reuniões, saíram da sala e deram posteriormente a assembleia por encerrada, impondo que o assunto se resolvesse por consulta à classe através de referendo. Grande número de sócios começou a movimentar-se, contestando a legalidade da realização do tal referendo e demonstrando que a assembleia fora ilegalmente encerrada, já que havia inscrições na mesa e propostas para debater e aprovar.

Depois da entrega do Pedido, na sexta-feira, os corpos gerentes do Sindicato convocaram os mandatários dos subscriptores do pedido de convocação, dizem-

do-lhes claramente que não convocavam a assembleia geral extraordinária por eles solicitada para a data desejada, mas que a convocariam para data posterior à do referendo.

Entretanto, a actuação dos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa continua a ser alvo de censura e repúdio por parte de organizações de trabalhadores. Assim, os trabalhadores de escritório da «Empresa de Publicidade Seara Nova» aprovaram uma moção de censura aos dirigentes do Sindicato, na qual exigem «a devida continuação da assembleia geral extraordinária iniciada em 14 de Outubro, cuja necessidade é confirmada pela grande afluência que a primeira sessão teve (os sócios que lá foram não procuravam um «referendum») e que sejam considerados válidos todos os documentos e pedidos de inscrição entrados na mesa, a menos que os proponentes os queiram retirar».

PUB.

Revista  
8/11/76

C N O C

COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA DO CONGRESSO

CARTAZ DO CONGRESSO

CONCURSO

A CNOC informa todos os trabalhadores que está aberto concurso para o cartaz do «Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses» a realizar nos dias 27, 28, 29 e 30 de Janeiro de 1977.

As maquetas deverão ser enviadas à CNOC — Rua Vitor Gordon, 1/2.º andar, até ao dia 20 do corrente mês.

Na elaboração dos projectos de cartaz, dever-se-á levar em conta os seguintes aspectos:

— O cartaz deverá ter o tamanho habitual dos cartazes deste tipo.

— Nele deverão constar as seguintes frases:

«CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES»

«PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES»

«PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL NACIONAL — CONFEDERAÇÃO GERAL DOS SINDICATOS PORTUGUESES»

Lisboa, 8/11/1976

A COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA DO CONGRESSO

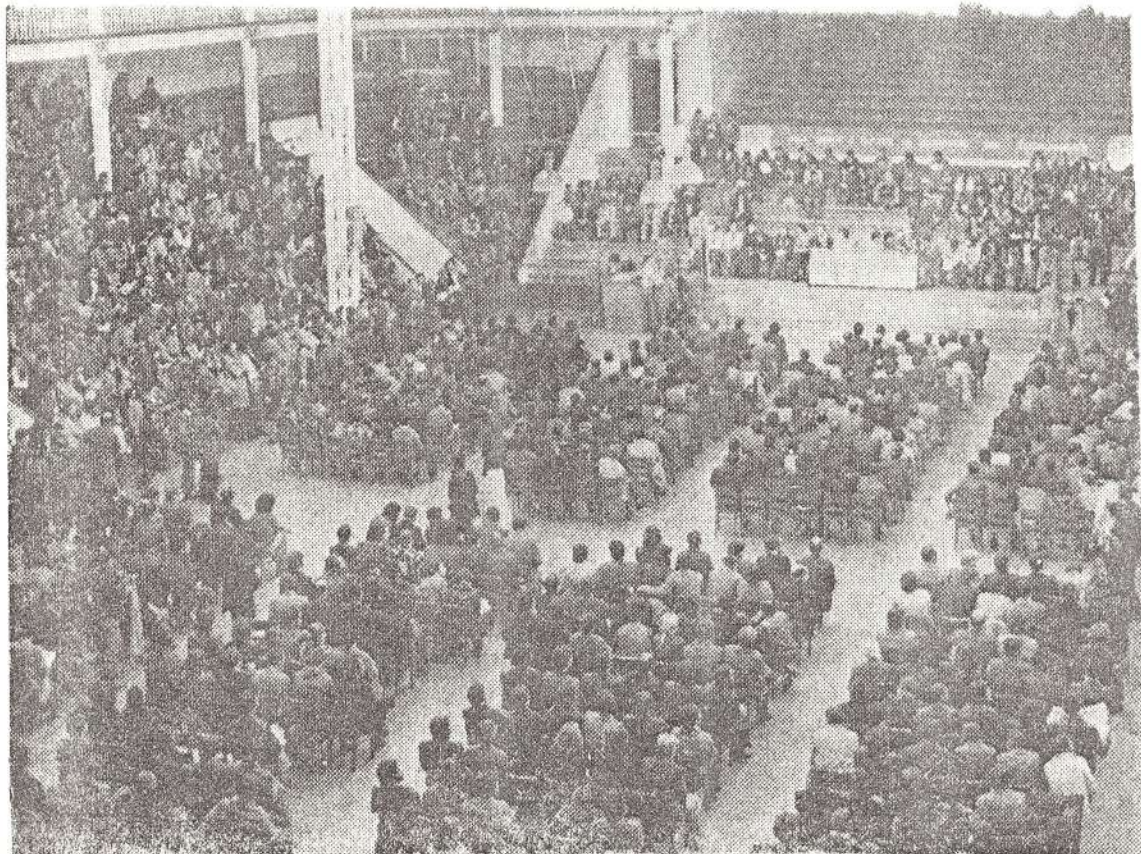
## Delegação da CEE contacta patronato e sindicalistas

Um jantar, no sábado, num restaurante de Queluz, reuniu membros da delegação da Comunidade Económica Europeia que se encontram de visita a Portugal com sindicalistas do nosso país, representantes das associações patronais e membros do Governo. Entre os 14 elementos dos diversos países da C.E.E., encontra-vam-se presentes sindicalistas das principais correntes político-laborais, representantes de associações patronais, e elementos do secretariado do Comité Económico-Social (base funcional do Mercado Comum). Não compareceram, entretanto, os representantes dos Sindicatos dos Bancários e dos Escritórios e da Intersindical.

Dos sectores governamentais que se fizeram representar, destacam-se os da Agricultura e Pescas, Finanças, Comércio Externo, Assuntos Sociais, Planeamento, Negócios Estrangeiros e Turismo. Presentes, também, dirigentes da Associação Industrial, CIP, CAP, Câmara do Comércio e Indústria, e Confederação do Comércio.

Doc 8/11/76





Panorâmica do comício, realizado no Pavilhão dos Desportos, do encerramento do encontro nacional de dirigentes, delegados sindicais e comissões de trabalhadores promovido pelo Secretariado da Intersindical e comissões de trabalhadores das cinturas industriais de Lisboa e Setúbal

(Foto «DN» — Eduardo Balaio)

## Encontro sobre legislação laboral

01/11/76

# “Cinturas” de Lisboa e Setúbal propõem alterações de diplomas

As conclusões apresentadas na sessão de encerramento do Encontro Nacional sobre Legislação Laboral, que antecedeu ao efectuado no Pavilhão dos Desportos, reflectem pontos de vista diferentes dos expressos pelos responsáveis pelo Ministério do Trabalho, nomeadamente sobre a legislação referente à contratação colectiva, lei dos despedimentos, horário de trabalho nacional e lei da greve.

Sobre estes temas foram sugeridas propostas de alteração aos diplomas aprovados em Conselho de Ministros, que apontam no sentido de que «a crise do capital não seja suportada pelos trabalhadores, mas por aqueles que a provocaram».

No Encontro, organizado pelo Secretariado da Intersindical e Comissões de Trabalhadores das Cinturas Industriais de Lisboa e Setúbal, cuja sessão de trabalho se realizou nas instalações do Instituto Superior Técnico, participaram cerca de quatro mil dirigentes e delegados sindicais e elementos daquelas comissões de trabalhadores, que analisaram os pontos mais impor-

tantes da política conjuntural do trabalho definida pelo Governo.

Os participantes dividiram-se por dez secções, que abordaram os seguintes temas: *controle* operário; empresas sob gestão dos trabalhadores; direito à greve; contratação colectiva e política salarial; direito ao trabalho; horário de trabalho; segurança social e saúde; trabalho doméstico; direitos e garantias dos trabalhadores reconhecidos na Constituição e unidade dos trabalhadores; reforço da organização, e trabalho de massas.

No comício que assinalou o encerramento do Encontro, foi exigido pelos representantes dos trabalhadores que os «deputados progressistas aprovem o projecto de lei apresentado à Assembleia da República para que o *controle* operário avance, combatendo firmemente a sabotagem do patronato».

A lei da greve foi objecto de uma moção de repúdio pelo seu conteúdo restritivo do direito de livre exercício de tal forma de luta, defendendo ainda os participantes que não devem ser apenas as associações sindicais com competência para declarar uma greve, mas também as assembleias de empresa.

Por outro lado, foram exigidas pesadas sanções para as entidades patronais que exerçam «lock-out» (multas de cem a mil contos e prisão com pena maior).

O diploma aprovado em Conselho de Ministros, que regulamenta o despedimento com justa causa, foi rejeitado por ter sido considerado limitativo do direito ao trabalho. Igual posição foi tomada pelo grupo encarregado da contratação colectiva, que também se pronunciou desfavoravelmente quanto à autonomização da regulamentação de trabalho das empresas intervenionadas.

Outra das conclusões apresentadas sugeria a actualização do salário mínimo nos Açores e na Madeira, que se mantém, ainda, ao nível dos 3300\$00.

No domínio da legislação sobre o horário de trabalho nacional, foi defendida a participação dos trabalhadores na sua elaboração, tendo em vista que «esta matéria só pode ser delineada depois de reestruturação dos vários sectores».

Assim, a necessidade de planificar a economia e de desenvolver a Reforma Agrária com o objectivo de «deixarem de funcionar em concorrência capitalista» é, segundo se definiu no Encontro, «a melhor garantia que temos para vencermos as tentativas de recuperação capitalista, reforçar a independência nacional e consolidar a democracia político-económica rumo ao socialismo, como a Constituição aponta».

Os representantes dos trabalhadores repudiaram, ainda, «todas as tentativas de entrega das empresas intervenionadas ou sob gestão dos trabalhadores aos antigos patrões».

Foi também exigido o «congelamento dos preços dos produtos e serviços de primeira necessidade», a «actualização do salário mínimo de acordo com o nível de vida e o pagamento integral do 13.º mês».

Finalmente, entre as conclusões aprovadas destaca-se a que exige que «os órgãos do Poder façam cumprir e respeitar os direitos dos trabalhadores por parte do patronato» e a «participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho».

Entre as moções aprovadas assinala-se uma em que é sublinhada a «escalada reaccionária nos órgãos de Informação» e que alerta os órgãos do Poder para «o cumprimento do artigo 40.º da Constituição que dá o direito de antena ao movimento sindical».

### Violenta contestação do MRPP

Entretanto, numa nota oportunamente distribuída, a Comissão de Imprensa do Comité Lenine (Comité Central do MRPP) contestou violentamente a realização do «Encontro», convocado pela Intersindical-PCP.

De aí que, a dada altura, a nota insira: «O P«C»P conseguiu já, neste campo, uma vitória importante, ainda que transitória, que é a realização de um II Congresso da Cisão da Intersindical social-fascista da tração. Esta vitória nem está consolidada, nem é suficiente para consumação do golpe. Assim, paralelamente, o P«C»P arregimentou e mobilizou todas as suas forças: foi a «Festa do Avante», foi a «Conferência da Reforma Agrária», é agora o «Encontro» ditado de comissões de trabalhadores, dirigentes e delegados sindicais, cujos reais objectivos não conseguem sequer esconder.»

E, a seguir: «Logo desde a preparação do «Encontro», o P«C»P nem se preocupa em disfarçar... Prepara um certo número de teses em família e quer agora legitimar a farsa, convocando «democraticamente» delegados sindicais e comissões de trabalhadores. Mas a farsa é tão óbvia que as medidas que os social-fascistas nela se propõem combater são exactamente aquelas que eles próprios propuseram e promulgaram ao longo dos diversos governos provisórios em que detiveram a hegemonia sem pasta nem vergonha... Para conseguir os seus intentos não poderão dispensar as habituais «amplas liberdades»: «Só entra quem eu quero e só fala quem eu deixo». Assim conseguiriam impedir certas presenças incómodas previsíveis e silenciar pelo terror as imprevisíveis».



4500 DELEGADOS DE TODO O PAÍS REUNIDOS EM LISBOA

# Toda a política laboral

# analísada na maior reunião de sempre

● Vitalidade no Movimento Sindical e consciência das realidades e soluções possíveis

livro 8/11/76

Com a participação de cerca de quatro mil e quinhentos representantes de trabalhadores, vindos de todos os distritos do Continente e Ilhas Adjacentes, decorreu anteontem, durante todo o dia, nas instalações do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, o primeiro Encontro Nacional de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, para a apreciação de aspectos relacionados com a organização dos trabalhadores e a legislação do trabalho.

Quer pela ampla participação registada, quer pela vivacidade dos debates em dez secções especializadas, abrangendo desde os aspectos de organização até às questões concretas e pontuais com que se debatem actualmente os trabalhadores portugueses — contratação colectiva; direito à greve; direito ao trabalho e à segurança no emprego; direitos e garantias dos trabalhadores consignados na Constituição; controlo operário; situação das empresas sob gestão dos trabalhadores, intervenções ou em cooperativa; horário de trabalho; segurança social e saúde; regulamentação do trabalho doméstico — o Encontro constitui porventura uma das mais importantes manifestações de vitalidade do Movimento Sindical realizadas desde sempre.

Em cada uma das secções contaram-se por muitas dezenas as intervenções registadas, que no total ultrapassaram largamente as quatrocentas. Mais de dois mil delegados sindicais, perto de dois milhares de membros de comissões de trabalhadores e algumas centenas de dirigentes sindicais discutiram exaustivamente durante cerca de dez horas. Como salientou um membro do secretariado da Intersindical Nacional — que conjuntamente com os secretariados das comissões de trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal promoveu a reunião — o Encontro "constituiu, pela sua dimensão e significação, uma clara e inequívoca resposta às tentativas de recuperação capitalista da economia, às violações da Constituição que as forças inimigas dos trabalhadores ensaiam por todas as formas e à passividade do Governo em contrariar esses esforços antitrabalhadores e antimasas populares".

**REFORÇAR A UNIDADE E A ORGANIZAÇÃO**  
A necessidade do reforço da unidade dos trabalhadores e as suas organizações de classe foi um dos temas mais em foco ao longo dos debates. Em dezenas de intervenções, e sobretudo principalmente na 10.ª secção, dedicada especialmente a este tema, esta foi a tónica posta pelos representantes dos trabalhadores: «é fundamental prosseguir com um intenso trabalho de massas, na mobilização permanente dos trabalhadores, mantendo e reforçando a sua unidade e organização para se conseguir levar a bom termo a luta contra os inimigos da democracia, os inimigos de classe dos trabalhadores». Nas conclusões, assumem particular importância os apelos à dinamização do trabalho sindical e das comissões de trabalhadores, à coordenação das actividades destes dois tipos de estruturas e ao lançamento de uma grande campanha de esclarecimento junto de todos os trabalhadores.

«A capacidade de resposta que tivemos para levar por diante o cumprimento de todas estas tarefas depende da concretização da perspectiva, que se mantém claramente, de construção de uma sociedade justa e sem exploração» — lê-se ainda nas conclusões da 10.ª secção, onde a seguir é salientado: «como quadro de fundo de todas estas tarefas a levar à prática de maneira consequente, a realização do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses para a Reestruturação da Intersindical é uma acção de massas de primordial importância, pela qual, igualmente, de ser alargada ainda mais à base de discussão dos problemas que com ele se relacionam directa ou indirectamente».

O Congresso de Todos os Sindicatos, prossegue o texto final, «deverá constituir uma tornada histórica do movimento operário português e assumir, sem dúvida, uma importância decisiva para

a consolidação e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

**CONTROLO OPERÁRIO**  
«O controlo operário constitui uma das formas de intervenção mais importantes dos trabalhadores para defender as nacionalizações, a Reforma Agrária e as empresas controladas pelos

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».

empresários e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço do reforço da sua organização». É a terminar: «as forças reaccionárias estão interessadas na recuperação capitalista da economia, no desprezo pela Constituição para levarem à prática os seus objectivos de retrocesso e de exploração intensa dos trabalhadores. A unidade, a organização e a determinação dos trabalhadores levará, porém, à nossa vitória».



Just  
9/11/72

# DOIS DIRIGENTES SINDICAIS ENTREGARAM-SE À PRISÃO

● Em julgamento a autogestão de um táxi



Gualdino Reis, presidente do Sindicato (de óculos), Domingos Carvalho (do lado direito) e o motorista Bernardino Nunes (à esquerda) dentro da estação que os levou a Custóias. Um caso que fará correr muita tinta.

Voluntariamente, dois dirigentes do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito do Porto e um motorista apresentaram-se no 1.º Juízo Criminal para... serem presos, aguardando agora o julgamento.

O caso que se está a tornar, dentro do seu âmbito, exemplar, põe em litígio o Sindicato com o patronato rodoviário e tem mais vastas implicações. Trata-se do «táxi em autogestão» a que JN tem vindo a aludir. Os dirigentes sindicais srs. Gualdino Cardoso de Oliveira Reis, de 41 anos, presidente do Sindicato; Domingos António Ribeiro Carvalho, de 53 anos, membro da Assembleia Geral; e Bernardino da Silva Nunes, de 43 anos, motorista, apoderaram-se de um táxi da firma «Táxis Cometa», cujo gerente, sr. António Semeador Gomes de Melo, andava em conflito com o motorista Domingos Carvalho, por diferenças salariais e outros direitos.

Durante 20 dias, a viatura esteve em autogestão com o motorista Domingos Carvalho na exploração, mas tendo-se aberto uma conta-corrente no Sindicato em nome do industrial. O fito era manter um posto de trabalho e prever o sustento da família de um trabalhador.

O industrial resolveu, juntamente com outros patrões, reaver a viatura, o que se efectuou na Avenida do Marechal Gomes da Costa. O assunto passou então para a alçada da Polícia Judiciária, a qual retulou o processo de «laboral» e fora da sua esfera. Contudo, um juiz de instrução criminal considerou que «os dirigentes sindicais e motorista tiveram comportamento criminal. Marcado para 21 de Outubro, o julgamento não se realizou por ausência dos réus, tendo sido emitidos novos mandatos de captura.

Ontem de manhã os três réus compareceram no Tribunal de S. João Novo e com eles o advogado dr. Sousa Bastos. Mas compareceram também para testemunharem essa presença em tribunal e posterior detenção mais de três centenas de delegados sindicais dos ramos de táxis, STCP, particulares, empresas de transportes, etc.

Momentos antes de se apresentar na secretaria do 1.º Juízo Criminal, o dirigente sindical Gualdino Reis, disse a JN:

— Não comparecemos à 1.ª audiência, porque um juiz considerou que eu, o meu colega sindical e o trabalhador tínhamos tido comportamento criminoso. Não comparecemos, porque estávamos a estudar o processo. Agora viemos entregar-nos. Foram dinamados mandatos de captura, afixados em igrejas — Campanhã (que é minha freguesia), Paranhos e Segurão, em Santo Tirso. Não nos foram procurar à nos sa morada... isto é humilhante. Pois bem, As leis são para se cumprirem e nós vamos cumprir a lei. É preciso que entremos na cadeia e lá aguardemos a marcação de julgamento — estamos aqui para ir para a prisão e lá vamos esperar o julgamento. Esperamos

que ele se realize dentro de dois a três dias.

— É uma atitude estudada previamente?

— É uma atitude de coerência. As leis são para se cumprirem. Esperemos que a partir de agora os patrões que retêm as quotas sindicais, que não pagam à Previdência e que é devido e praticam outras ilegalidades sejam também punidos. Que não sejam apenas os trabalhadores e os dirigentes sindicais a receber o rigor da lei. Este caso vai a julgamento e abstenho-me de me pronunciar. Assumo a responsabilidade das minhas atitudes.

Entretanto, e depois de cumpridas as formalidades,

soubese que os três réus teriam que se apresentar em Custóias. Fora do Tribunal de S. João Novo e pelos corredores, em boa ordem, aglomeraram-se os delegados sindicais. A sua concentração frente ao Sindicato na Rua da Alegria tinha sido feita dentro do maior sigilo. Desfilando em coluna até ao Largo de S. João Novo, o grupo suscitou alguma curiosidade. Não levavam distícos nem se proferiram palavras de ordem.

Eram cerca das 11.30 horas quando uma «station» do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito do Porto chegou junto do Tribunal. A falta de carro celular, foi essa viatura que transportou os réus a Custóias, o que não deixa de ser curioso.

Mal a «station» se afastou a coluna desfez-se. Pequenos grupos de motoristas começaram a separar-se e acorreram aos locais de trabalho. Pelas opiniões colhidas, esses homens consideraram que foram entregar os seus dirigentes ao Tribunal para que se julgue o caso e «se faça Justiça». As movimentações no Sindicato são muitas, levam a um reforço de unidade e, como disse um delegado sindical — este assunto ainda vai dar que falar e nós vamos procurar novas formas de luta. Nem que para isso tenhamos que paralisar totalmente. Os motoristas estão unidos, sabem da sua força e não estão dispostos a ser humilhados.



Sob o olhar de camaradas, dois dirigentes sindicais e um motorista encetam a viagem até Custóias. «Que a Lei se cumpra mas para todos» — era dito em jeito de saudação.



7 Nov 9/11/76

## DIRIGENTES SINDICAIS RODOVIÁRIOS PRESOS

**MOÇÃO APROVADA NO ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES, DELEGADOS SINDICAIS, COMISSÕES DE TRABALHADORES E SINDICAIS, REALIZADO NO DIA 6 DE NOVEMBRO EM LISBOA:**

Os dirigentes, delegados sindicais, Comissões de Trabalhadores e Sindicais presentes no Encontro Nacional realizado em 6 de Novembro de 1976 em Lisboa, tendo tomado conhecimento dos mandatos de captura que ameaçam os dirigentes sindicais Rodoviários Gualdino Reis e Domingos Carvalho e o motorista de táxi Bernardino Nunes, por terem apoiado a exploração em autogestão de um táxi cujo patrão despediu trabalhadores, transformando-se assim um mero problema laboral num caso criminal, decidem:

- 1) Que todos os presentes testemunhem a sua solidariedade activa aos camaradas ameaçados;
- 2) Que todos os delegados, dirigentes sindicais e Comissões de Trabalhadores presentes estejam atentos ao evoluir deste caso e respondam activamente e firmemente aos apelos que o movimento sindical venha a lançar de solidariedade activa para com os camaradas ameaçados;
- 3) Que entretanto sejam utilizadas todas as formas de pressão social (comunicados, moções, imprensa diária), pelos trabalhadores, mostrando a diferença de actuação dos juizes que libertam pides e bombistas e prendem dirigentes sindicais que apenas lutam pela defesa de postos de trabalho.

(Esta moção foi apresentada pela União dos Sindicatos do Porto/Intersindical e aprovada por aclamação).

Lisboa, 6 de Novembro de 1976.

**EM DEFESA DE UM MOTORISTA DE TAXI**

## Dirigentes sindicais entregaram-se ao tribunal

PORTO, 9 — Dois dirigentes do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito do Porto (Gualdino Cardoso de Oliveira Reis, Presidente, e Domingos Ribeiro Carvalho, da assembleia geral) e um motorista de táxi (Bernardino da Silva Nunes) apresentaram-se, ontem, voluntariamente no tribunal de S. João Novo, no 1.º Juízo Criminal que havia emitido mandato de captura contra os três, pelo facto de não terem comparecido a um julgamento marcado para o passado dia 21 de Outubro naquele Juízo.

Trata-se de uma questão de trabalho que põe em litígio aquele sindicato e o patronato rodoviário. O caso, a que nos referimos oportunamente, surgiu quando o motorista Bernardino Nunes se apoderou do carro em que trabalhava, pertencente à firma «Táxis Cometa», por motivos salariais e outros direitos. Assim, durante vinte dias a viatura esteve em regime de autogestão tendo-se, contudo, aberto uma conta-corrente no Sindicato em nome do sócio gerente da citada firma, António Semião de Melo. A intenção era a de manter um posto de trabalho e garantir o sustento de família de um trabalhador.

Entretanto, o patrão, ajudado por outros colegas, resolveu reaver a viatura, o que veio a suceder em Gaia, na Avenida Marechal Gomes da Costa. O assunto transitou depois para a P.J. que o considerou fora

da sua esfera de acção. Todavia, um juiz de Instrução Criminal considerou que o motorista e os dirigentes sindicais tiveram comportamento criminal e daí, a marcação de julgamento ao qual os réus não compareceram.

Ontem, como referimos, os dois dirigentes sindicais acompanhados de algumas centenas de colegas, apresentaram-se no tribunal, seguindo depois para a cadeia de Custóias. Antes, o presidente do Sindicato, Gualdino Reis, disse aos jornalistas: «estamos aqui para ir para a prisão e vamos lá esperar o julgamento. Esperamos que ele se realize dentro de dois a três dias». Por seu turno, um delegado sindical afirmou: «este assunto ainda vai dar que falar e nós vamos procurar novas formas de luta, nem que para isso tenhamos que paralisar totalmente. Os motoristas estão unidos, sabem da sua força e não estão dispostos a ser humilhados» — concluiu.

Entretanto, a USP divulgou uma moção aprovada por unanimidade no Encontro Nacional de Dirigentes e Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores em que se protesta contra as medidas que atingiram estes motoristas, salientando «a diferença de actuação dos juizes que libertam «pides» e bombistas e prendem dirigentes sindicais que apenas lutam pela defesa dos postos de trabalho.»

## «TÁXI EM AUTOGESTÃO»

Central 9/11/76

# Dirigentes sindicais detidos em Custóias

CONTINUAVAM esta manhã detidos no estabelecimento prisional de Custóias, aguardando a realização do julgamento (cuja data ainda não se encontra marcada) os dois dirigentes do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito do Porto e o motorista condutor do «táxi em autogestão», que ontem se apresentaram às autoridades; depois de lhes terem sido passados mandatos de captura.

— As leis são para se cumprir e nós vamos cumprir a lei. Estamos aqui para ir para a prisão e lá vamos esperar o julgamento. Esperamos que ele se realize dentro de dois ou três dias — afirmaria aos jornalistas, no momento em que se apresentava no 1.º Juízo Criminal do Porto, o presidente daquele sindicato, Gualdino Reis.

Acompanhado de Domingos Ribeiro Carvalho, membro da assembleia geral do mesmo organismo, e de Bernardino da Silva Nunes, o motorista sócio do sindicato, Gualdino Reis foi transferido, na própria «station» do sindicato (por falta de carro celular) para a prisão de Custóias. Com eles esteve também no Tribunal do S. João Novo o advogado dr. Sousa Bastos, bem como mais de três centenas de delegados sindicais dos ramos de táxis, S. T. C. P., particulares, empresas de transportes, etc.

Recorde-se que este caso surgiu após um conflito gerado entre aquele motorista e o gerente da firma em que trabalhava, a Táxis Cometa. A viatura em que laborava foi capturada pelo sindicato, tendo andado em autogestão durante 20 dias, ao mesmo tempo que era aberta uma conta-corrente no sindicato em nome do industrial. Segundo os dirigentes sindicais, com a sua atitude apenas procuraram manter um posto de trabalho e prover ao sustento do motorista e de sua família.

Entretanto, o industrial em causa, António Gomes de Melo, conseguiu reaver a viatura, com a ajuda de outros patrões, tendo o caso sido entregue à Judicatura que rotularia o processo de «conflito laboral», fora da sua esfera de acção. No entanto, um juiz de instrução criminal considerando que tinha havido comportamento criminal tomou conta do

caso. O julgamento foi marcado para 21 de Outubro, mas nenhum dos réus compareceu, pelo que lhes foram passados mandatos de captura.

— As leis são para se cumprir. Esperamos que a partir de agora os patrões que retêm quotas sindicais, que não pagam à Previdência o que é devido e praticam outras ilegalidades, sejam também punidos. Que não sejam apenas os trabalhadores e os dirigentes sindicais a receber o rigor da lei. Este caso vai a julgamento e abstenho-me de me pronunciar. Assumo a responsabilidade das minhas atitudes — diria ainda Gualdino Reis, no momento em que, voluntariamente, se entregava às autoridades.

Esta manhã, do Sindicato dos Motoristas do Porto, um porta-voz deu-nos conta de que não havia ainda mudança na situação, embora alertasse:

«Este caso ainda vai dar muito que falar. Os motoristas estão unidos e não se encontram na disposição de serem humilhados. Vamos procurar formas de luta para que nos reconheçam a nossa razão. Nem que para isso tenhamos de paralisar totalmente.»

DR  
5/11/76



# Estatuto disciplinar fascista fez mais cinco vítimas

«Os trabalhadores da Função Pública não podem admitir que ao mesmo tempo em que trabalhadoras honestas são suspensas sem qualquer vencimento, notórios fascistas e ex-«pides» sejam reintegrados recebendo por vezes chorudos ordenados correspondentes ao tempo durante o qual estiveram suspensos» — afirma a Comissão Instaladora do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, da zona Norte, em comunicado distribuído aos jornais.

As suspensões referidas respeitam a cinco trabalhadoras vítimas do estatuto disciplinar fascista, uma da Intendência de Pecuária e quatro do Laboratório dos Serviços Veterinários, uma das quais delegada sindical. As medidas disciplinares levaram à sua suspensão, por períodos de um a dois

anos, sem qualquer vencimento e com todas as consequências previstas naquele estatuto do tempo de Salazar.

Ainda do comunicado: «Os trabalhadores da Função Pública não podem aceitar que tal legislação seja aplicada depois de há longo tempo e por diversas formas, terem vindo a reivindicar a abolição desse estatuto disciplinar e consequente elaboração de normas que estejam de acordo com o tipo de sociedade em que vivemos».

Referindo o texto constitucional («em processo disciplinar serão garantidas ao arguido a sua audiência e defesa»), a Comissão Instaladora do Sindicato desenvolve esforços por via judicial e também junto dos órgãos do poder para que a medida disciplinar que atingiu aquelas trabalhadoras seja revogada.

## REVOGAÇÃO PEDIDA EM PLENÁRIOS DISTRITAIS

Por outro lado, em assembleias sindicais realizadas nos cinco distritos do Norte do País, trabalhadores da Função Pública exigiram a imediata revogação do estatuto disciplinar fascista, a manutenção do horário mínimo de trabalho e a revisão da determinação que prevê o pagamento de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro.

Nos mesmos plenários, reali-

zados durante o fim-de-semana, foram reclamadas urgentes medidas no sentido de lhes ser concedido um aumento salarial e foi aprovada pela onstituição de uma comissão que em conjunto com a Comissão Instaladora do Sindicato faça propostas de alteração do respectivo estatuto, a serem submetidas à discussão. Esta medida deve-se à possibilidade de extinção do sindicato por haver ilegalidades no estatuto.

O caso dos cinco trabalhadores suspensos ao abrigo do estatuto disciplinar fascista mereceu uma moção que «exige a abolição imediata do referido estatuto, tal como foi prometida pelo Primeiro-Ministro, quando a apresentação do Programa do Governo». Na moção exige-se ainda «o levantamento das suspensões pronunciadas e a reabertura dos processos quando a legislação disciplinar se tornar digna da ordem democrática vigente».

PÁGINA UM

9 NOV. 1976 Lisboa

## Escritórios e Congresso dos Sindicatos

# Lisboa: Assembleia Geral em dúvida Setúbal: Comissão Directiva toma posse

Está em dúvida a realização da Assembleia-Geral do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, convocada por cerca de duzentos sócios para o próximo dia 16, dois dias antes do referendo marcado pela mesa da Assembleia-Geral que terminou com o abandono da sala pela mesa e direcção do sindicato.

Está em causa a posição a tomar por este grande sindicato face ao Congresso de Todos os Sindicatos e o possível abandono da "Carta Aberta".

Um vespertino anunciava ontem que os corpos gerentes haviam convocado os mandatários dos duzentos sócios para os informar que a Assembleia só se realizaria após o referendo, o que tornaria inútil, visto que um dos seus fins é discutir e tomar posição sobre a decisão da realização deste.

Contactada a direcção do Sindicato dos Escritórios de Lisboa informou ser esta direcção estranha à notícia, visto que só à mesa da Assembleia-Geral compete pronunciar-se sobre a convocação das assembleias. Não foi possível contactar um elemento desta mesa até fechar esta edição do "Página Um".

Recorde-se no entanto que a mesa da Assembleia-Geral, tal como a direcção, é considerada

afecta à "Carta Aberta", sendo vivamente criticada a sua actuação na Assembleia que foi interrompida, cuja continuação muitos sócios exigiram já publicamente.

## ESCRITÓRIOS DE SETÚBAL: DIRECÇÃO DEMITE-SE

Uma assembleia dos trabalhadores do Sindicato dos Escritórios de Setúbal aceitou, entretanto, a demissão dos corpos gerentes e elegeu uma Comissão Directiva que tomou ontem posse.

O divórcio entre a direcção e os sócios do sindicato encontrou a sua origem na Assembleia-Geral do dia 13 de Outubro, quando foi decidida pelos trabalhadores a participação no Congresso e a direcção foi vinculada ao abandono da "Carta Aberta".

A Comissão Directiva

eleita deverá preparar novas eleições a realizar no prazo de 90 dias.

A direcção do Sindicato de Hotelaria de Braga, pronunciou-se, em conferência de Imprensa, pela participação no Congresso dos Sindicatos como forma de luta por uma Central Única.

"Somente a Intersindical, como central única dos trabalhadores, nos interessa, desde que seja democrática e apartidária, única e exclusivamente ao serviço dos trabalhadores, sem qualquer interferência dos partidos políticos" — afirmou a direcção deste sindicato que considerou pouco democrática a forma como decorreu a Reunião Geral de Sindicatos realizada em Outubro.

Sobre a crise da hotelaria foi afirmado que o sector de restauração e similares "não pode estar em crise, já que as tabelas de preços são diligentemente aumentadas de molde bastante regular e satisfatório para os patrões".

Após a terceira reunião plenária da Comissão Nacional Organizadora do Congresso dos Sindicatos, o regulamento

interno encontra-se já aprovado, estando em curso trabalhos relativos aos projectos de alteração dos Estatutos da Inter e do programa de acção da Central Sindical.

A Comissão Organizadora prevê o cumprimento dos prazos estabelecidos, salvaguardando-se a discussão dos temas do Congresso pelos trabalhadores.

## ENCONTRO DOS BANCÁRIOS DO PSD

Efectuou-se nas piscinas municipais em Coimbra o Encontro dos Bancários do PSD, com a participação de cerca de uma centena de trabalhadores. Na sessão de encerramento o prof. Barbosa de Melo, leader deste partido, afirmou acerca do movimento sindical, que preferiu chamar movimento laboral: "O PSD tem sobre este assunto uma filosofia bastante clara". "A nós compete" — acrescentaria — "levar esta ideia pura junto de todos os outros trabalhadores portugueses", para "desfazer toda essa nuvem de areia que revolucionários de pacotilha ou novos tiranos lançaram sobre a social democracia".

## Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa REFERENDUM

No próximo dia 18/11/76 vai realizar-se uma Assembleia Geral Extraordinária por voto secreto, universal e directo que decorrerá em:

- LISBOA: Pavilhão dos Desportos
- ALHANDRA: Bombeiros Voluntários
- TORRES VEDRAS: Delegação do Sindicato

A convocatória para esta assembleia de voto tem estado a ser enviada a todos os sócios, num sistema de postal cuja apresentação facilitará o acesso à votação.

A votação decorrerá naqueles locais das 8 horas às 24 horas do dia 18/11/76, após o que se seguirá o escrutínio nos mesmos locais.

Na referida votação os sócios são convidados a pronunciar-se através de 2 boletins de voto sobre as seguintes matérias:

### 1.º BOLETIM DE VOTO:

- Vinculação à Intersindical
- Vinculação à Carta Aberta

A vontade manifesta dos sócios pela vinculação à Intersindical significará a rejeição do Relatório da Direcção já divulgado e consequentemente a rejeição da linha de acção político-sindical seguida por este sindicato desde 12/1/76. Ao contrário, a Vinculação à Carta Aberta significa a aprovação do Relatório da Direcção e a ratificação do Programa de Acção submetido à classe na campanha eleitoral e pelo qual fomos eleitos para este sindicato.

### 2.º BOLETIM DE VOTO:

Continuação da permanência na Intersindical — SIM ou NÃO.

Esta votação constitui uma questão independente da anterior, impondo-se como cumprimento do ponto 1.3. do programa de acção sindical.

Nesta votação, para além da vontade manifestada quanto ao 1.º problema e independentemente desta, são os sócios convidados a pronunciar-se quanto à questão de dever ou não este sindicato continuar filiado na Intersindical Nacional.

O referendium decorrerá nos mesmos moldes em que foi efectuado o acto eleitoral do sindicato em 8/1/76.

No Pavilhão dos Desportos de Lisboa serão colocadas 24 mesas de voto, para além de uma mesa de dúvidas que, em última análise, resolverá as questões que surgirem à última hora.

## PARTICIPA VOTANDO! A DEMOCRACIA VENCERÁ!

Lisboa, 8/11/76

Mesa de Assembleia Geral Conselho Fiscalizador

## CHIKOBONE





# Cumprir a Constituição

Volume 9/11/74

O Congresso de Todos os Sindicatos «devera constituir uma jornada histórica do movimento operário português e assumir, sem dúvida, uma importância decisiva para a consolidação e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e para o avanço e reforço da sua organização».

Trata-se apenas de um trecho de uma das conclusões aprovadas no sábado, durante o Encontro Nacional de dirigentes e delegados sindicais para a apreciação de problemas relacionados com a organização dos trabalhadores e a legislação do trabalho. Mas não é uma previsão. É uma certeza. Quem esteve no Instituto Superior Técnico e teve a oportunidade de acompanhar o Encontro não duvida de que o Congresso de Todos os Sindicatos será a continuação e o desfecho de uma jornada que reuniu em Lisboa mais de 4500 representantes de trabalhadores, vindos de todos os distritos do Continente e das Ilhas. O Encontro não foi apenas uma expressiva manifestação da vitalidade do Movimento Sindical; constituiu também, pela forma como decorreu, uma resposta a todos quantos se esforçam para romper a unidade dos trabalhadores.

Foram dez horas de discussão séria e aprofundada de problemas que, dizendo respeito ao Movimento Sindical e portanto aos trabalhadores, são também, por isso mesmo, questões fundamentais da actualidade política, inseparáveis do rumo e destino da Revolução Portuguesa.

Houve durante o dia centenas de intervenções em secções voltadas para o estudo e a discussão de problemas muito diferentes. Mas a atmosfera foi a mesma de manhã à noite no IST. Pode-se dizer que o espírito do Encontro ficou condensado na conclusão onde se recorda com firmeza o Artigo 80.º da Constituição. E que diz ele? Define, diante do presente e do futuro, uma posição que o Governo não está a levar em consideração. Afirma, concretamente, que «a organização económico-social da República Portuguesa assenta no desenvolvimento das relações de produção socialistas, mediante a apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais, e o exercício do poder democrático das classes trabalhadoras».

Os trabalhadores nem sequer salientam que o Programa do Governo tem um espírito totalmente oposto ao do art.º 80.º, não recordaram tampouco que o Primeiro-Ministro esqueceu a palavra socialismo nas suas últimas intervenções na TV, não sublinharam que os principais dirigentes do PS durante o recente Congresso daquele partido referendaram uma política de recuperação capitalista. Não. Os trabalhadores reunidos no IST limitaram-se a chamar a atenção para um facto chocante e contraditório. O respeito pelo art.º 80.º, isto é, o respeito pela Lei Fundamental do País, é incompatível «com a entrega das empresas que estão sob gestão dos trabalhadores ou da colectividade, através da intervenção do Estado, aos antigos patrões».

Outra conclusão que se interliga com essa recorda o papel decisivo da unidade nestas semanas em que as tentativas de recuperação agrária, capitalista e imperialista, à iniciativa patronal facilitada pela política cheia de amarguras do Governo, é preciso responder com firmeza, com lucidez, com uma força cimentada na serenidade das classes trabalhadoras. «É fundamental — foi dito com clareza — prosseguir com um intenso trabalho de massas, na mobilização permanente dos trabalhadores». Fez-se muito para esclarecer faixas cada vez mais amplas do mundo do trabalho. Mas nos próximos meses será indispensável dinamizar o trabalho sindical e coordená-lo com o esforço realizado pelas comissões de trabalhadores. «Da capacidade de resposta que tivermos para levar por diante o cumprimento de todas estas tarefas — advierte uma conclusão do Encontro — depende a concretização da perspectiva, que se mantém claramente, de uma sociedade justa e sem exploração».

As posições definidas no Encontro perante problemas tão actuais como o «direito à greve», o decreto-lei inconstitucional sobre os despedimentos e o congelamento da contratação colectiva talvez tenham contribuído para persuadir o Governo, de uma vez por todas, de que é ridículo afirmar que conta com amplo apoio dos trabalhadores. Os interessados, que prescindem de procuradores, proclamam o contrário. Não só repudiam «todas as tentativas de entrega das empresas intervencionadas ou sob gestão dos trabalhadores aos antigos patrões» como exigem soluções que «signifiquem a consolidação da área não capitalista da nossa economia, construção absolutamente necessária à construção de uma sociedade socialista».

São incisivas e justas as críticas à política passiva do Governo no tocante ao problema da contratação colectiva. Ela tem, na opinião dos trabalhadores, «facilitado a política de recuperação capitalista».

Cumpra o Governo a Constituição, como lhe é pedido, aplique com o necessário rigor a Lei Fundamental que se orgulha de haver, em grande parte, elaborado e, então sim, poderá dizer que os seus actos correspondem aos compromissos assumidos. Não é difícil entender as lições do grande Encontro Nacional do Movimento Sindical.

O SÉCULO

LISBOA

9 NOV. 1974

## «O Baluarte»

# Um artigo com interesse sobre a vida sindical

A Secção de Trabalho de O SÉCULO regista, com agrado, a inclusão de um artigo sobre a situação actual do movimento sindical, na revista militar «O Baluarte», órgão da Região Militar de Lisboa.

Verificamos que o autor, capitão de Infantaria Lopes Camilo, teve a preocupação saudável de elaborar o artigo, munido-se de abundantes dados, muitos dos quais desconhecidos do público.

Contudo, em nossa opinião, o autor agarra-se a um esquematismo rígido para apresentar uma versão sobre as lutas que neste momento se verificam no interior do movimento sindical.

Assim, consideramos que tudo o que se está a passar no movimento sindical é algo mais profundo que a simples luta de galos entre a Carta Aberta e o Secretariado da Intersindical.

Se tanto as linhas dominantes na Carta Aberta — Secretariado procuram tirar a água do copo da acusação de cisionistas, isto acontece porque os trabalhadores (essencialmente eles), vêem já o que se está a tramar nas suas costas e acusam.

É um facto que os trabalhadores estão arredados das assembleias sindicais. Mas, se isto acontece, não é por menosprezo da luta sindical e sim por estarem fartos de trapaças e gol-

pes dos dirigentes sindicais antidemocráticos.

Esta não comparência às assembleias está mais ligada a uma falta de combatividade momentânea, o que é errado para nós, já que não é com indiferença que se combate a falta de democracia interna, mas sim com a luta.

Em suma: o movimento sindical existe, mas quem o faz são os trabalhadores e não as cúpulas sindicais.

### Bloco aqui, bloco ali

Por outro lado, há, em nosso entender, falta de rigor na análise das correntes político-sindicais que combatem o Secretariado da Intersindical. Pensamos que não se devem definir as lutas políticas de uma maneira simplista, no género de há um bloco aqui que combate outro bloco ali. Deve-se, isso sim, analisar, atentamente, essa luta, a sua tática de acordo com princípios ideológicos e políticos. Pensamos que uma ajuda pode ser dada pelos elementos bibliográficos sobre a história do movimento sindical em Portugal.

Uma outra questão que podemos referir-se à luta pelo Congresso de todos os sindicatos. Afirma o capitão de Infantaria Lopes Camilo: «Em presença deste acontecimento (refere-se ao 1.º Congresso da Intersindical) começa-se a falar, em

princípios de Agosto, na necessidade de realização do verdadeiro Congresso de todos os sindicatos.» Entra-se assim, numa fase que durou sensivelmente até Novembro de 1975, de luta pelo controlo das cúpulas sindicais (direcções de sindicatos) caracterizada por formações de listas de frente em oposição às listas afectas ao secretariado da Intersindical, frente de oposição essa, que assentava mais em bases político-ideológicas que em bases de profunda intenção e actuação sindicalista. Nesta coligação, a hipótese do pluralismo surge, mas é derrotada pela corrente maioritária, apostada na unidade do movimento sindical.

Esta análise enferma, a nosso ver, de incorrecções. Na realidade, a hipótese do pluralismo surgiu e foi real. Não foi a corrente maioritária que a venceu, mas sim a luta dos trabalhadores nos seus locais de trabalho. Por outro lado, escamoteia o autor do artigo o papel desempenhado pelo secretariado da Intersindical, contribuindo largamente com a sua prática para a cisão do movimento sindical.

Esperamos que esta nossa crítica tenha sido construtiva para que na revista militar «O Baluarte» apareçam outros artigos, não só a analisar o movimento sindical, mas a abordar outros temas da actualidade política portuguesa.



Capital 9/11/76

# Grupo de Estudo Portugal reúne com representantes sindicais e governamentais

O Grupo de Estudo Portugal, organismo consultivo da C. E. E. que se encontra no nosso País há vários dias, efectuará hoje reuniões com representantes sindicais e governamentais, devendo ser recebido pelo Primeiro-Ministro Mário Soares.

Este organismo está integrado no Comité Económico-Social das Comunidades Europeias e é composto por representantes de empresários, de trabalhadores e de actividades diversas. Segundo o seu presidente, M. Scalia, o objectivo desta visita a Portugal é «compreender a realidade económica e social do País e verificar se a cooperação já existente entre a C. E. E. e Portugal corresponde às necessidades objectivas deste País no que respeita ao desenvolvimento da economia e do progresso social da população».

«A Comunidade — prossegue — está interessada neste momento em estreitar as suas

relações e a cooperação com Portugal, a fim de favorecer o desenvolvimento e a consolidação da democracia, neste País, bem como a modernização da sua economia de forma a permitir uma inserção nos mercados europeus com uma competitividade adequada.»

Ontem de manhã, o Grupo reuniu-se com representantes de vários departamentos governamentais, incluindo os Ministérios da Indústria e do Comércio Externo, da Agricultura e dos Negócios Estrangeiros. De tarde, efectuaram-se duas reuniões de trabalho. A primeira com a C. I. P., a Associação Industrial Portuguesa, a Câmara de Comércio e Indústria e a Confederação Portuguesa do Comércio e da segunda com a C. A. P.

Sobre a reunião com a C. I. P. e restantes organismos, o presidente da secção das Relações Exteriores do Comité Económico-Social e Industrial Dinamiquês, Carstens, revelou: «Contaram-nos os problemas que enfrentam, abordando, por exemplo, as dificuldades criadas com as restrições às importações. Discutimos sobretudo — acrescentou — o que é

que nós poderíamos fazer pela indústria, a fim de a tornar competitiva no futuro. E isso que lhes interessa muito, naturalmente.»

## «Portugal é um País europeu que se virou para a Europa»

Depois de referir a «ajuda financeira da comunidade», Carstens sublinhou que «como homens de negócios, como industriais, o que nós poderíamos fazer no estrangeiro é ajudar com capitais para os investimentos e com a tecnologia. Essa ajuda, creio, pode revitalizar a indústria portuguesa».

Além dos contactos já referidos, o Grupo de Estudo Portugal, visitou uma fábrica de cerâmica em Setúbal «mas, como era sábado, não estavam lá os operários», informou ainda Scalia, membro da Confederação Geral Italiana do Trabalho, acrescentando que o grupo discutira com um técnico assistente da fábrica

questões ligadas à produção e às relações de trabalho ali existentes.

Interrogado acerca de uma eventual posição de dependência em que Portugal ficaria no caso de entrar para o Mercado Comum, Scalia afirmou: «Nós pensamos que Portugal é um país independente que toma as suas decisões de forma autónoma. Pensamos que Portugal é um país europeu que se virou para a Europa e para o qual a Europa se virou, visto tratar-se de um país com uma cultura e uma civilização europeias. Portanto, prosseguiu, se Portugal de uma forma livre e autónoma decidir pedir a adesão à Comunidade, terá o apoio dos diferentes países, das diferentes forças económicas e sociais da Europa.»

Além de encontros com o primeiro-ministro e o ministro do Plano, o grupo avistara-se-á hoje de manhã com o secretário da Intersindical e com as direcções dos têxteis e de sindicatos agrícolas e à tarde reuniu com sindicatos afectos à Carta Aberta, escritórios, comércio e bancários.

# Bancários do P.S.D.: apoio crítico à Carta Aberta

Luís 9/11/76

Cerca de uma centena de bancários social-democratas, reunidos em Coimbra, manifestaram-se preocupados com a «manutenção prolongada do estado de crise da economia portuguesa» e preconizaram a adopção pelo Governo de «medidas expansionistas com vista a aumentar a produção, a riqueza e o emprego, através do aproveitamento integral dos recursos humanos e materiais actualmente subutilizados e do investimento em novos sectores produtivos susceptíveis de canalizar uma parte apreciável da sua produção para os mercados externos».

Durante a reunião, que decorreu nas instalações das piscinas municipais e a que assistiram os três vice-presidentes do P.S.D. (Barbosa de Melo, Sousa Franco e Rui Machete), foram debatidas questões relacionadas com a situação económica do País e a reestruturação da Banca; contratação colectiva e formação profissional; e o papel das organizações de trabalhadores na construção da nova sociedade portuguesa.

Entre as conclusões respeitantes ao que foi classificado de «Sindicalismo de intervenção», ressalta o apoio crítico à «Carta Aberta» e a referência à «grave» crise que atravessa o movimento sindical português. «O vácuo provocado por essa crise — foi afirmado — só pode beneficiar aqueles que são a favor da desestabilização da democracia e de um colapso da experiência que o País deseja fazer em liberdade». Os bancários social-democratas defenderam ainda a necessidade da revisão dos actuais estatutos sindicais, «de forma a eliminar as práticas de marginalização das assembleias e da vontade geral dos trabalhadores por parte de grupos minoritários activistas.»



# Caso dos sindicalistas têxteis a resolver judicialmente

Em reuniões processadas no Ministério do Trabalho, não foi possível chegar a conclusões sobre de que lado está a razão no caso de dois sindicalistas têxteis, que se dizem despedidos da empresa Manuel Lopes Henriques & Filhos, Lda., cuja administração sustenta que não procedeu a qualquer despedimento.

Aliás, o «Diário de Notícias» já teve oportunidade de divulgar os pontos de vista de cada uma das partes, sendo que já então se vislumbrava o impasse a que o caso chegou e que parece determinar a respectiva solução através de decisão judicial, como o próprio ministro do Trabalho, dr. Marcelo Curto, ontem afirmou, em declarações prestadas à RTP e transmitidas no decorrer do segundo Telejornal.

Portanto, a questão escapa à capacidade de conciliação ou de decisão do Ministério do Trabalho, como se depreende das palavras do ministro:

«Devemos concretizar melhor a nossa posição, na medida em que, efectivamente, os trabalhadores estão a movimentar-se e foi anunciada também uma manifestação para quarta-feira, aqui, no Ministério do Trabalho, no sentido de o levar a tomar uma posição. O Ministério — e muito particularmente o ministro do Trabalho — não pode impor a entidade patronal uma solução, pois que as duas teses em presença divergem. A entidade patronal diz que não houve despedimento, mas sim uma revogação de mútuo acordo, depois do 25 de Abril de 1974. Os trabalhadores dizem que houve despedimento, e pela análise das informações que temos pensamos que os despedimentos não existem, pois não houve um acto inequívoco de despedimento, nem processo disciplinar. E também não houve prova de uma declaração de revogação ou um acordo para a revogação do contrato de trabalho.

Por outro lado, preocupa-nos a laboração da empresa, que está paralisada. Julgamos que a laboração deve ser retomada e as partes devem aguardar a decisão do tribunal. Isto porque, perante estas duas teses, não pode ser o ministro do Trabalho a julgar a questão e a dizer que, afinal, houve ou não houve revogação de mútuo acordo ou houve ou não houve despedimento.

É preciso também que se diga que a Inspecção-Geral do Trabalho já actuou, multando a empresa pela falta de cumprimento da cláusula do contrato colectivo — a cláusula 104 — porque não pagou (como manda essa cláusula) aos dirigentes sindicais, mantendo, aliás, o vínculo laboral integralmente. Repito, o problema tem de ser resolvido judicialmente porque, para nós, a cláusula mantém-se plenamente em vigor e, portanto, o vínculo laboral do contrato de trabalho continua também.

Gostávamos ainda de dizer aos trabalhadores que não deverão impedir a entrada do gerente da firma na empresa, pois se efectivamente o gerente não quiser entrar pode-se pôr um problema de «lock-out». Mas se os trabalhadores impedirem a entrada do gerente, ele pode invocar o seu impedimento de entrada para dizer que são os trabalhadores que entraram, efectivamente, em paralisação, isto é, em greve.

## A greve

Entretanto, desfazendo uma certa confusão que se tem gerado acerca da greve dos têxteis, o secretariado da Federação dos Sindicatos do sector fez distribuir o seguinte comunicado:

«Alguns órgãos de informação (nomeadamente a Radiodifusão Portuguesa) têm vindo a noticiar a continuação da greve no sector. A Federação dos Têxteis desmente, categoricamente, essas notícias, pois a primeira fase da luta dos trabalhadores pelo seu CCT, que consistiu numa greve, terminou na terceiro turno da passada sexta-feira, dia 5. Apenas após nova consulta aos tra-

balhadores se decidirá novas formas de luta.»

Acrescentemos que a referida consulta se processa hoje, no plenário a decorrer às 14.30, no Instituto Superior Técnico e onde será igualmente abordada a questão dos dois sindicalistas da empresa Manuel Lopes Henriques & Filhos, Lda.

Sobre este último assunto, pronunciou-se também a União dos Sindicatos do Porto/Intersindical, dizendo que os Sindicatos «repudiam mais esta manobra dos patrões do sector têxtil, que exigem a imediata integração (dos dois sindicalistas) nas empresas onde trabalhavam» e que «reclamam dos órgãos do poder uma tomada de posição clara sobre tão grave atentado à ordem democrática e às leis do País».

Ainda relativamente ao sector têxtil, acrescenta-se que a Lista «A» (Por um Sindicato Unitário) venceu as eleições para a direcção da secção de Delães do Sindicato dos Têxteis de Braga, com 62 por cento dos votos expressos, contra 28 por cento da Lista «B» e 8,8 por cento da Lista «C», tendo comparecido 4 mil votantes.

## Têxteis do Sul em greve por reintegração de despedidos

Dlx  
9/11/76

Em resposta ao despedimento de dois dirigentes sindicais, Manuel Lopes e António Rosas, os trabalhadores da indústria têxtil, lanifícios e vestuário da zona Sul (distritos de Santarém e Faro) paralisam, hoje, duas horas em cada turno. O objectivo é conseguir a reintegração dos dois despedidos, ambos da firma Manuel Lopes Henriques.

Ainda dando seguimento a esta luta, no caso de nada ter ficado resolvido até amanhã, deverá efectuar-se uma concentração, às 18 horas, em local a designar, devendo seguir-se uma manifestação até ao Ministério do Trabalho.

A paralisação de ontem contou uma adesão de 85 por cento. Esta fase na luta pela reintegração dos dois despedidos terminará com a manifestação de amanhã.

Entretanto, a Federação dos Têxteis, em comunicado agora divulgado, desmente que a greve no sector têxtil pela assinatura do C.C.T., se mantenha, desmentindo assim que alguns órgãos de informação têm noticiado. De acordo com esse comunicado, a primeira fase desta luta terminou no terceiro turno da passada sexta-feira, dia 5, e só após novas consultas aos trabalhadores se decidirão outras formas de luta.

As negociações do C.C.T. único e vertical do sector têxtil deverão prosseguir no dia 12, entre os representantes do patronato e a Comissão Negocia-

dora Sindical, convocadas pelo Ministério do Trabalho a requerimento dos órgãos sindicais.

O despedimento dos dois dirigentes sindicais motivou algumas declarações do ministro do Trabalho, transmitidas ontem pela RTP: «O Ministério — e muito particularmente o ministro do Trabalho — não pode impor à entidade patronal uma solução pois que as duas teses em presença divergem. A entidade patronal diz que não houve despedimentos, mas sim uma revogação de mútuo acordo depois do 25 de Abril de 1974. Os trabalhadores dizem que houve despedimento e pela análise das informações que temos, pensamos que os despedimentos não existem, pois não houve um acto inequívoco de despedimento, nem processo disciplinar. E também não houve prova de uma declaração de revogação ou um acordo para a revogação do contrato de trabalho».

Nas mesmas declarações, Marcelo Curto manifestou a sua preocupação pelo facto da empresa se encontrar encerrada, entendendo que a laboração «deve ser retomada e as partes devem aguardar a decisão do tribunal».

Por seu lado, um dirigente sindical afirmou que «o Sindicato dos Têxteis do Sul, o desmente com a posição assumida pelo MT e pede que sejam aceites as condições postas numa primeira reunião com a entidade patronal». O Sindica-

to pede ainda a intervenção da Polícia Judiciária para averiguar as condições em que foi danificada uma máquina, o que «consideram um acto de sabotagem e de que afirmam ter provas».

Num comunicado do Sindicato dos Têxteis do Sul, o despedimento é visto da seguinte forma: «É neste ambiente de franca vontade dos trabalhadores verem o seu C.C.T. único e vertical a ser discutido com as entidades patronais que, numa manobra de diversão e provocação sem nome, o patronato e a reacção resolvem atacar o Movimento Sindical em si, mesmo, frontalmente e sem disfarces. Isto na esperança de abrir precedentes para uma larga tarefa de saneamento nas empresas, desmobilização dos trabalhadores e enfraquecimento dos Sindicatos».



# Entidade patronal não despediu os dois sindicalistas têxteis

Dist  
8/11/76

## ● Esclarecimento prestado pelo advogado da firma Manuel Lopes Henriques e Filho, Lda.

O «caso dos dois sindicalistas despedidos» da firma Manuel Lopes Henriques & Filho, Lda., sofre, agora, uma surpreendente viragem através de uma carta que nos foi remetida pelo advogado dr. Alberto Bento, onde se apresenta uma versão completamente diferente da que foi divulgada, em comunicado, pela Intersindical.

Assim, segundo o documento daquele causídico, intitulado «A verdade sobre a greve dos têxteis», a génese do «conflito» remonta exactamente a 25 de Abril de 1974, quando «os dois dirigentes sindicalistas rescindiram o contrato por abandono, aliás mutuamente consentido, das suas funções na firma», vindo agora a conhecer a sua fase aguda perante a opinião pública, muito embora para a empresa o problema seja «de ordem jurídica, meramente pessoal e abusivamente transformado em laboral, nacional e político, pelo que solicitámos que fosse resolvido pela via jurisdicional».

Eis o teor da carta que recebemos e cuja publicação nos foi pedida ao abrigo da Lei de Imprensa:

«Vem a imprensa diária dando um relato monocórdio sobre este acontecimento. A deficiência provém certamente por até agora não termos sido contactados por qualquer profissional para expor a nossa panorâmica por um lado, e por outro, porque o problema teve origem num conflito pessoal de dois ex-empregados da Firma Manuel Lopes Henriques e Filho, Lda., que aproveitando as suas funções de dirigentes sindicais se servem delas para chegar a brasa à sua sardinha, embora à custa do salário dos seus camaradas.

O respeito que nos merece a opinião pública obriga-nos a vir à liça e por certo o respeito que a Imprensa tem pela mesma a levará a publicar gostosamente este breve apontamento devidamente autorizado, e sem mais argumentos.

Com efeito e sintetizando, as muitas razões num simples apontamento, a verdade é que:

Os dois dirigentes sindicais rescindiram o contrato por abandono, aliás, mutuamente consentido, das suas funções na firma em 25 de Abril de 1974, por julgarem certamente que agora

«já não preciso mais disto» e, diga-se a verdade, com cordiais votos da firma de que fossem felizes. Assim não mais apareceram na firma para trabalhar. Mas, a breve trecho, uns e outros reconheceram que estavam enganados. Eles, porque tinham que a boa estrela talvez um dia se apagasse, a firma porque verificou que não podia prescindir de dois técnicos importantes nela. Não eram uns trabalhadores quaisquer na empresa já nesse tempo, uns camaradas iguais aos outros, pois desempenhavam postos de chefia. Assim, tempos depois, apareceram na firma solicitando os seus ordenados mas já então conhecedores da sua força, o fizeram sob ameaça de que, caso contrário, paralisariam a fábrica. Era o gonzalvismo, era a época sobejamente conhecida de concretização de ameaças, em que tudo era válido e por isso, para evitar um mal maior, a firma cedeu. Tanto mais que — coisa inédita — o presidente do sindicato Manuel Correia Lopes e seus apaniguados, em proveito da sua situação pessoal, tinham previamente alcançado a publicação de uma cláusula absolutamente leonina de um contrato gonzalvista, que em letra até parece dar-lhes razão se não fora o abandono de funções e

a interrupção do pagamento de salários verificados antes.

Terminada a era do terror gonzalvista e passado o Poder para melhores mãos, logo que a firma se convenceu não ser possível a concretização da ameaça que repetidamente lhe era lembrada de paralisação da fábrica se não fossem pagos os salários ou quantia equivalente, a firma Manuel Lopes Henriques e Filho Lda., disse não à extorsão.

Três meses volvidos após a recusa de pagamento de «salários», sexta-feira, dia 29 passado, aparece inutilizada a prensa, máquina essencial para a laboração de um dos sectores. Ordenado um inquérito, logo este se inicia. No dia seguinte, estando este em pleno curso, sem qualquer aviso prévio e com absoluto desprezo pela entidade patronal e pelo disposto na lei quanto ao aviso prévio, introduzem-se na fábrica os dois «despedidos» promovendo logo a cessação da laboração e um plebário. Depois exigem ser imediatamente recebidos pelo gerente para conversar. Foi-lhes informado que naquele momento era impossível. Outra qualquer ocasião, com prévio aviso, podia ser. Por seis vezes se exigiu que fosse «imediatamente», serão paralisava-se o trabalho e ninguém saía da fábrica.

«Efectivamente, momentos depois de se informar que não mais se falasse no assunto, pois era impossível ao gerente naquela altura atender quem quer que fosse, foram as máquinas paralisadas e todos impedidos de sair da fábrica com sequestro do gerente por algum tempo, além de outras peripécias.

Estes os factos. Há, pois, que rectificar as informações publicadas: não houve despedimento, por ninguém ter despedido. Houve sim rescisão do contrato por abandono, mas em 25 de Abril de 1974. Porquê só nesta data se levanta o problema? Se invoca o despedimento?

Entretanto, a empresa é chamada ao Ministério. Pretende-se que esta pague os salários reclamados e dê-se-lhe o prazo de horas para decidir. Observa-se que não há qualquer urgência na resolução do problema, pois que os interessados têm neste momento trabalho assegurado, sendo um presidente do Sindicato e o outro empregado da Intersindical, e ambos declaram que não estão dispostos neste momento a ir trabalhar para a empresa.

Os salários pretendidos excedem os 250 mil escudos anuais. Observa-se que a empresa não pode suportar, mormente hoje, este encargo sem a contraprestação de trabalho. Que a pretensão de receber salários sem trabalho é «imoral», «injusta», «injustificada» e «ilegal». Receber salários sem trabalhar? Não é salário. Receber do Sindicato, da empresa e da Intersindical, só num país muito rico, que não viva de empréstimos. Se a terra é para quem a trabalha, também o salário só deve ser para quem trabalha.

O nosso problema é de ordem jurídica, meramente pessoal, e abusivamente transformado em laboral, nacional e político, pelo que solicitámos que fosse resolvido pela via jurisdicional. Comprometemo-nos a acatar a decisão do juiz, até porque estamos certos dela. Num Estado de direito, pretender uma solução judicial é democrático e supomos que o caminho a seguir. Por tudo, não

vemos a necessidade da intervenção estatal de que nos ameaçam e muito menos será de consentir a ocupação (selvagem) anunciada pelo Intersindical nessa reunião.

Mas, enfim, que nos valha a razão que nos assiste e que Deus nos ajude a levar a cruz ao Calvário.»

### Prevista manifestação no M. T.

Entretanto, um telex da Agência ANOP da conta de que voltou a não se verificar acordo na reunião antecorrem efectuada no Ministério do Trabalho, visando a reintegração dos dirigentes sindicais Manuel Correia Lopes e António Rosas, na firma Manuel Lopes Henriques & Filhos, Lda., cujos delegados sindicais e comissão de trabalhadores vão tentar ser hoje recebidos pelo ministro do Trabalho, procurando que este tome uma posição pública relativamente ao problema.

Ainda segundo a ANOP, se até amanhã a reintegração não tiver sido feita, os trabalhadores exigirão do MT que intervenha na fábrica, forçando assim o regresso de Manuel Lopes e António Rosas. Por outro lado, na sede do sindicato efectuou-se um plenário de delegados, que deliberaram apelar para uma paralisação diária de duas horas em cada turno de hoje e amanhã, estando ainda prevista para depois de amanhã uma manifestação que convergirá para o MT, caso o problema continue por solucionar.

Aliás, os delegados sindicais voltam a reunir-se amanhã, às 14.30, no salão nobre do Instituto Superior Técnico, para análise da situação do CCT unico e vertical do sector têxtil e aos despedimentos dos dirigentes Manuel Correia Lopes e António Cunhas das Rosas, bem como de «outros assuntos».



# “Entidade patronal não despediu os dois sindicalistas têxteis”

Mat  
10/11/76

## ● Comunicado-resposta do Sindicato e dos trabalhadores da empresa

Assinado pela direcção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul e por um representante dos trabalhadores da fábrica Manuel Lopes Henriques & Filho, Lda., recebemos um comunicado cuja publicação é requerida ao abrigo da Lei de Imprensa, que responde à carta do advogado daquela firma dr. Alberto Bento, publicada no nosso jornal no dia 8, sobre o caso do despedimento dos dois dirigentes sindicais têxteis, Manuel Lopes e António Rosas.

Como se recorda, aquela carta veio trazer um novo aspecto ao caso, sustentando que, para a empresa, o mesmo era «de ordem jurídica, meramente pessoal e abusivamente transformado em laboral, nacional e político».

Eis o texto integral do referido comunicado:

«Acerca da tentativa de despedimento dos camaradas dirigentes Manuel Lopes e António Rosas, ambos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, e trabalhadores da firma Manuel Lopes Henriques & Filho, Lda., resolveu o advogado patronal dirigir-se publicamente à Imprensa. Falsando factos e caluniando pessoas, o advogado, sr. Alberto Bento, resolveu entrar no campo da provocação directa, talvez no intuito de mascarar a incapacidade jurídica e a falta de razões que assistem à entidade patronal em causa.

Vêem-se assim, tanto o Sindicato dos Têxteis com os dirigentes despedidos e os restantes trabalhadores da Manuel Lopes Henriques, forçados a responder às falsidades e deturpações publicadas na Imprensa diária, pela iniciativa do sr. Alberto Bento.

Com a carta do sr. Alberto Bento, o patronato e a CIP demonstram mais uma vez uma «ignorância» mal intencionada confundindo abandono de funções com rescisão do contrato de trabalho, por mutuo acordo, figuras que são absolutamente distintas.

Quando há abandono do contrato cessa por vontade do trabalhador que vem, não comparecendo no local de trabalho, nem dando qualquer justificação para o facto, mostrar que quer quebrar a relação de trabalho.

Quando há mutuo acordo, o trabalhador deixa de aparecer na empresa mas fá-lo no seguimento de um acordo estabelecido com a entidade patronal sobre a cessação do contrato, e portanto, após essa cessação.

Neste caso, a ausência do local de trabalho é derivada da cessação do contrato, no abandono a ausência é a causa da cessação, ausência é a causa da cessação.

«Abandono mutuamente consentido», como se expressa o sr. Alberto Bento, é uma monstruosidade jurídica que só pode caber numa cabeça medíocre ao serviço de uma causa injusta e logo a partida com segundas intenções e fins reaccionários.

A entidade patronal sempre reconheceu que os camaradas dirigentes Manuel Lopes e António Rosas têm sido até à data trabalhadores da empresa. Quer no entanto agora, o sr. Alberto Bento convencer-nos de que o não são

alargando porém a possibilidade de os dirigentes faltarem sempre que isso se torne necessário, por motivo de desempenho das suas funções, atribuindo-lhes um crédito de quatro dias mensais de faltas remuneradas.

O CCT dos Lanifícios, além de justificar as faltas dadas pelos dirigentes sindicais durante todo o tempo necessário ao exercício das suas funções, alargou este princípio, obrigando a entidade patronal a prestar a remuneração das faltas dadas pelos dirigentes motivadas pelo exercício das suas funções.

Daqui se concluiu, o que aliás é também a opinião do Ministério, que quem está neste momento em falta é a entidade patronal.

Se juridicamente a carta do sr. advogado não tem fundamento e, quando quer tê-lo, se baseia na mais pura das invenções e da mentira, também não podemos deixar passar em branco o que de provocação é expresso nas entrelinhas, ou descaradamente.

1.º — Diz a carta do advogado dos patrões e da CIP: «O problema teve origem num conflito pessoal... (do Rosas e do Manuel Lopes)... que aproveitando as suas funções de dirigentes sindicais se servem delas para chegar à brasa à sua sardinha embora à custa do salário dos seus camaradas.»

— Quanto a isto, queremos dizer que de «pessoal» é que este assunto tem muito pouco. O patrão da Manuel Lopes Henriques neste caso não se representa apenas a si próprio mas, isso sim, é ponta de lança do patronato do sector e da sua CIP, enfim, de todo o capital organizado em ataque aberto contra o Movimento Sindical.

Também o Manuel Lopes e o Rosas não podem ser considerados, neste caso, como vítimas individuais do patronato, mas sim, como símbolos a atingir com a intenção de abrir precedentes no despedimento de activistas sindicais. É também uma manobra de diversão numa altura em que os trabalhadores do sector lutam pelo CCT Unico e Vertical, tentando atingir a Comissão Negociadora Sindical do Contrato Colectivo de Trabalho Unico e Vertical, enfraquecer o Movimento Sindical e contribuir para a destabilização de uma direita há muito pretende no intuito de levar a cabo a sua

recuperação capitalista.

Quanto ao pagamento de salários aos dirigentes sindicais ser considerado como «à custa dos camaradas de trabalho», é bom que se saiba que os trabalhadores distinguem camaradas de trabalho e patrões. O lucro do patrão esse é que é conseguido à custa do trabalho e dos salários dos camaradas trabalhadores, não o contrário. Pelo CCT em vigor no sector, Manuel Lopes e Rosas, como qualquer outro dirigente sindical ausente das respectivas empresas por razão da sua actividade sindical, serão pagos pelo patrão! Tudo o resto é demagogia do sr. dr. advogado ao serviço dos interesses patronais, e por isso mesmo, contra o pagamento, pelo patrão, dos salários de Rosas e do Lopes, nossos dirigentes sindicais e trabalhadores da Manuel Lopes Henriques & Filho, Lda.

2.º — Diz o advogado dos patrões e da CIP: «Não eram uns trabalhadores quaisquer da empre-

sa, já nesse tempo, uns camaradas iguais aos outros pois desempenhavam postos de chefia».

— Quem pode ajuizar se os camaradas Rosas e Lopes eram ou não «camaradas iguais aos outros são os camaradas de trabalho e não os advogados a soldo da entidade patronal. É evidente que a intenção do patrão e do seu advogado é desunir os camaradas da Manuel Lopes Henriques. Tiveram e terão pouca sorte».

3.º — Diz o advogado dos patrões e da CIP: «Manuel Correia Lopes e seus apaniguados, em proveito da sua situação pessoal, tinham previamente alcançado a publicação de uma cláusula absolutamente fiavel de um contrato gonçalvista».

— São evidentes as intenções do patronato em repisar constantemente «o carácter pessoal» de toda esta questão. Agora, até o próprio contrato foi feito por razões pessoais. Calcule-se um CCT especial para uso exclusivo do Rosas e do Lopes...

Uma cláusula, negociada por igual em três dos CCT em vigor no sector que agora se pretende inutilizar que dá a dezenas de dirigentes sindicais a capacidade para tratarem como lhes compete os interesses dos trabalhadores, é entendida pela entidade patronal e pela CIP como um golpe egoísta «para proveito próprio». Lembramos o patronato do sector e o sr. Alberto Bento que em qualquer dos CCTs em vigor para os subsectores laneiro, vestuário e algodoeiro, estiveram sempre presentes representantes da CIP.

4.º — Diz o advogado dos patrões e da CIP: «Três meses volvidos após a recusa do pagamento dos salários aparece, sexta-feira, dia 29 passado, inutilizada a prensa, máquina essencial para a laboração de certos sectores».

— Quer assim o patronato relacionar uma coisa com a outra na tentativa de insinuar que a máquina danificada é fruto da maldosa reacção dos dirigentes sindicais pelo facto de não serem pagos há alguns meses.

Os trabalhadores e o Sindicato foram e são os primeiros a exigir um inquérito que apure as responsabilidades de quem praticou tal acto criminoso, devendo a Polícia Judiciária intervir imediatamente. Convencidos que estão de que estes depedimentos fazem parte de um projecto bem premeditado, os trabalhadores da Manuel Lopes Henriques, incluindo o Manuel Lopes e o António Rosas, estão especialmente interessados em saber qual é neste processo o papel dos estragos feitos criminosamente à referida máquina e a soldo de quem isso se fez. O advogado, esse, definitivamente a soldo do patronato quer fazer confundir alhos com bovalhos. Pagam-lhe para isso.

5.º — Diz o advogado dos patrões e da CIP: «Introduzem-se na fábrica os dois despedidos» promovendo logo a cessação da laboração e um plenário».

— Mentira! a paralisação do

trabalho e o plenário do dia 29 foi decretada anteriormente pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal e pela Comissão Sindical Negociadora do CCT unico e vertical, após amplas discussões em assembleias de fábrica, em reuniões regionais e em reuniões gerais, as quais ratificaram a posição da Comissão Sindical Negociadora no que respeita à forma de luta a adoptar para obrigar o patronato a iniciar as negociações do CCT. Patronato do sector este que afirmou em reunião havida em 18 de Outubro de 1976 no Ministério do Trabalho, que mesmo que os Ministérios do Trabalho e Indústria viessem a aconselhar o início das negociações, tal como já fizeram, mesmo assim não aceitariam negociar conjuntamente, o CCT unico e vertical.

Manuel Lopes e António Rosas chegaram à sua fábrica 20 minutos antes de terminar a paralisação previamente estipulada e decidida. NÃO INICIARAM COISA NE-NHUMA

Após o tempo previsto para a paralisação recomeçou normalmente a laboração na fábrica Manuel Lopes Henriques & Filho, Lda. Só então, ao saber-se DA VOZ DE DESPEDIMENTO dada abusiva e ilegalmente aos camaradas de trabalho e dirigentes sindicais, é que os trabalhadores de novo paralisaram a fábrica.

6.º Diz o advogado dos patrões e da CIP: «Foram todos impedidos de sair da fábrica com sequestro do gerente».

— Mentira! Não só não houve sequestro nenhum como, para melhor provar que atitudes dessas não estão nos propósitos dos trabalhadores, está o facto da entidade patronal ter estado na empresa dia 8, das 15.30 às 17.30 e de novo às 19 horas.

7.º Diz o advogado dos patrões e da CIP: «Os interessados têm neste momento trabalho assegurado, sendo um, presidente do Sindicato, e o outro, empregado da Intersindical, e ambos declaram que não estão dispostos, neste momento, a ir trabalhar para a empresa».

— E' evidente, para quem não queira demagogicamente deturpar a verdade ou muito simplesmente, mentir, que os dirigentes sindicais não têm «trabalho assegurado» quer nas direcções sindicais quer na Inter. Não são empregados sindicais mas sim dirigentes sindicais eleitos pelos trabalhadores e, como tal, não são pagos sendo pelos respectivos patrões como o contrato assinado prevê.

Os patrões, ao quererem forçar os camaradas Manuel Lopes e António Rosas a regressarem a um trabalho integral na firma, desejam ajustá-los das negociações do CCT Unico e Vertical e dos trabalhos em curso para o Congresso dos Sindicatos, na tentativa de assim prejudicar todo o Movimento Sindical.

Evidentemente que Manuel Lopes e António Rosas não estão interessados nisso.

8.º Diz o advogado dos patrões e da CIP: «Que nos valha a razão que nos assiste e que Deus nos ajude a levar a cruz ao Calvário».

— Que lhe valha, ao patrão, a razão que lhe assiste, estamos de acordo, pois que não lhe assiste razão alguma. Quanto a Deus... estamos descansados».

desde o derrube da ditadura fascista, isto é, desde Abril de 1974.

No entanto:  
1.º — Desde Abril de 74 a Outubro de 76 a entidade patronal incluí em todos os mapas de quotizações enviados para o sindicato o nome destes dirigentes ao lado do restante pessoal da empresa.

2.º — Até Agosto de 76, no caso de Manuel Lopes, e Maio de 76 no caso de António Rosas, a empresa cumpriu o disposto no CCT dos Lanifícios, que estabelece que a entidade patronal é obrigada a pagar a remuneração correspondente às faltas dadas pelos dirigentes sindicais, em virtude do exercício das suas funções.

Relembramos os seguintes decretos-leis: o Decreto-Lei 49408/69 considerava justificadas as faltas de dirigentes sindicais motivadas por actos necessários e inadiáveis derivados do exercício das suas funções. Isto no tempo do fascismo. Actualmente o Decreto-Lei 215-B/75 mantém este princípio



# Bancários do Sul denunciam Inter

O sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas tornou ontem pública uma carta enviada à União dos Sindicatos de Lisboa em que «estranha» a forma como foi feita a convocatória para o plenário sobre discussão da legislação laboral, realizado no passado dia 6, no Instituto Superior Técnico.

Nessa carta, a direcção do sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas afirma, a dado passo: *estranhamos que esta convocatória seja feita no desprezo pela existência de uma direcção democrática eleita, tanto mais que,*

*quer a USL quer a Inter-sindical são associações que representam os trabalhadores através das direcções dos seus Sindicatos e não os trabalhadores individualmente». Mais à frente, a direcção daquele Sindicato, afecto à Carta Aberta, pergunta à Inter «se pretende discutir democraticamente matérias, como a legislação de trabalho, de inegável importância para os trabalhadores, ou se, sob a capa de assuntos de legitimidade indiscutível procura objectivos discutíveis?»*

# Bancários do Sul e Ilhas escrevem carta à Inter

S. C. 10/11/76

«Tomou esta direcção conhecimento de que a União dos Sindicatos de Lisboa distribuiu a alguns delegados sindicais e comissões sindicais de delegados, a convocatória para uma reunião a realizar em 6 de Novembro, promovida pela Intersindical Nacional, para discussão da legislação do trabalho», assim se inicia uma carta endereçada ao Secretariado da Intersindical Nacional e à União dos Sindicatos de Lisboa, pela direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Mais adiante, prossegue a missiva:

«Não pretendo impedir os delegados do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas de se reunirem onde e quando entenderem, não podemos contudo deixar de estranhar que esta convocatória seja feita no despre-

zo pela existência de uma direcção democraticamente eleita, tanto mais que quer a USL, quer a Intersindical são associações que representam os trabalhadores, através das direcções dos seus sindicatos e não os trabalhadores considerados individualmente.

«E, pois, de perguntarmos se de facto se pretende discutir democraticamente matérias como estas, de inegável importância para os trabalhadores, ou se sob a capa de assuntos de legitimidade indiscutível, se procuram objectivos discutíveis?

«Finalmente, parece-nos que seria correcto que para discussão de assuntos desta importância tivesse havido a preocupação de previamente divulgar textos de apoio sobre as questões em análise!»

## CONGRESSO DOS SINDICATOS

D. Popular 10/11/76

# REQUERIDA ASSEMBLEIA DOS ESCRITÓRIOS DE AVEIRO

Subscrita por mais de 20 sócios do Sindicato dos Trabalhadores de Escritórios do Distrito de Aveiro foi entregue aos corpos gerentes um requerimento em que se solicita a imediata convocação de uma assembleia geral, propondo para a ordem de trabalhos, a análise da actuação da direcção, a discussão da legislação «anti-operária» e a posição do Sindicato perante o Congresso dos Sindicatos. Nos termos dos estatutos, a assembleia requerida terá de se realizar no prazo máximo de um mês, a contar da data da entrada do requerimento.

Recordamos que a direcção dos Escritórios de Aveiro é afectada à linha da «Carta Aberta» e, segundo acusações formuladas por sectores de trabalhadores, não tem fornecido informações sobre o Congresso, como no caso de uma solicitação, nesse sentido, formulada por traba-

lhadores da «F. Ramada», de Ovar, tendo a direcção argumentado a sua recusa com a afirmação de que o Sindicato não está filiado na Intersindical.

### CENSURA À DIRECÇÃO DE LISBOA

Entretanto, um grupo de sócios do Sindicato dos Escritórios de Lisboa (devidamente identificados) divulgou um comunicado censurando «os corpos gerentes pelo seu comportamento anti-democrático na última Assembleia Geral, ao contrariarem opiniões claramente expressas pelos associados e ao abandonarem a assembleia quando a maioria dos trabalhadores presentes repudiou a sua atitude».

Estes trabalhadores dos Escritórios ainda manifestam «a sua indignação pela maneira como os corpos gerentes deturpam

(...) o que se passou na assembleia, propaganda que só pode ter influência sobre trabalhadores que não tenham participado na mesma», e exigem, dos corpos gerentes, que «dêem conhecimento aos sócios das moções de repúdio e apoio ao seu comportamento na assembleia e posterior à mesma».

Seguidamente, os subscritores do comunicado em causa denunciam «como ilegal a convocatória da nova Assembleia Geral-Referendum», e passam a justificar: «a) A proposta de referendum» feita pelo Conselho Fiscalizador na última assembleia não foi submetida a votação pela mesa, não podendo, por isso, ser considerada como aprovada na referida assembleia; b) Tendo a mesa considerado aceite um requerimento para que a assembleia, depois das 00,30 horas, continuasse noutra sessão, não pode encerrar a assembleia, mas a sessão, devendo, por consequência, os debates prosseguirem com a futura continuação da mesma Assembleia Geral».

Com base neste articulado, os sócios do Sindicato dos Escritórios «decidem repudiar como golpista e antidemocrática a actividade dos corpos gerentes para a convocatória do referendo» e terminam exigindo «a devida continuação da Assembleia Geral Extraordinária iniciada em 14 de Outubro, cuja necessidade é confirmada pela grande afluência que a primeira sessão teve (...) e que sejam considerados válidos todos os documentos e pedidos de inscrição entrados na mesa, a menos que os proponentes os queiram retirar».

Também os trabalhadores de escritório da «Empresa de Publicidade Seara Nova» aprovaram por unanimidade «uma moção de censura aos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, tanto pelo seu comportamento na Assembleia Geral Extraordinária como pelo desenvolvido posteriormente».

Os trabalhadores da «Seara Nova» decidiram «fortalecer a moção, dando-lhe a forma de abaixo assinado, e, assim, o documento referido foi enviado em primeira mão à Direcção do Sindicato, contendo 24 assinaturas (representando a totalidade dos sócios na empresa».



# As mais amplas unidades

data 11/11/76

Nunca um congresso se anunciou tão unitário como o que a Intersindical vai organizar em fins de Janeiro, com o apoio de inúmeras "correntes de pensamento no seio do movimento operário" que, como é sabido, se cristalizam em partidos políticos de esquerda. Ele é o P.C.P. a dizer que sim, o M.D.P./C.D.E. a estar de acordo, a F.S.P. a bater palmas, o MES a gritar "viva", a U.D.P. a apoiar revolucionariamente, os GDUPs a manifestarem-se poderosamente em seu favor, a L.C.I. e o P.R.T. a entrar decididamente na "jogada", sem esquecer o MUTI que passa a vida a dizer "amen". Também a finada FECm.I., o finado

PUP, a finada FUR e outros finados grupos, partidos, frentes e movimentos — e é mais um argumento — não deixariam por certo de apoiar, se fossem vivos, esta grandiosa iniciativa.

Em resumo: eles são muitos (e amanhã serão milhões...).

Mas, por enquanto, nas três consultas gerais ao Povo português, todos juntos não atingiram sequer um quarto dos sufrágios que o Povo exprimiu. Portanto, três perguntas:

Desde quando menos de um quarto dos trabalhadores podem impor a sua vontade aos restantes?

Que prática unitária é esta que põe "fora da carroça" a

maioria e, ainda por cima, lhe chama anti-democrática e divisionista?

Por que razão, em todos os sindicatos onde por voto secreto triunfa uma lista não afecta à Intersindical, se instala imediatamente um clima de guerra fria que só termina com a destituição, em assembleias aquecidas e minoritárias, das direcções democraticamente eleitas?

Sugiro um acrescento ao título do congresso: chamem-lhe "Congresso de Todos os Sindicatos, cujas direcções se mantêm no poder mercê da prática unitária da democracia minoritária".

JOSÉ TELES

## Intersindical recebeu grupo de trabalho da CEE

data 11/11/76

O Secretariado da Intersindical reuniu com o Grupo de Trabalho sobre Portugal do Comité Económico e Social da CEE.

Durante a reunião, o Secretariado da Intersindical analisou a posição do movimento sindical português sobre a situação económica e política em Portugal, criticando o boicote da CEE e dos países da CEE à economia portuguesa, após o 25 de Abril e as imposições políticas da sua ajuda — revelou à ANOP um informador da central sindical.

Os dirigentes da Intersindical explicaram ainda que os Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas, a quem o grupo de trabalho tinha pedido uma reunião, recusaram reunir com o comité da CEE, em virtude deste ter anteriormente reunido com a CAP e responsabilizaram o Ministério dos Negócios Estrangeiros por ter dado à CAP, uma representatividade que ela não possui.

Depois de referir que os elementos do grupo de trabalho da CEE afirmaram que o programa foi elaborado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, o informador da Central Sindical Portuguesa estranhou que, não reconhecendo o Ministério da Agricultura e Pescas a CAP, o Ministério dos Negócios Estrangeiros a considere representativa.

### CONGRESSO DOS SINDICATOS

## TRABALHOS PREPARATÓRIOS DA REUNIÃO DE JANEIRO

Uma comunicação da Comissão Nacional Organizadora do Congresso de todos os sindicatos dá conta do andamento dos trabalhos preparativos

da reunião que decorrerá de 27 a 30 de Janeiro próximo.

Assim, na sequência da reunião geral dos sindicatos de 23 e 24 de Outubro passado, a CNOC efectuou três reuniões plenárias, respectivamente em 26, 29 de Outubro e 5 do corrente, que se saldaram por, entre várias decisões, ter sido aprovado o regulamento do seu funcionamento interno e terem sido constituídas as sub-comissões de redacção, coordenação, imprensa, sindicatos paralelos, inscrições, instalações e funcionamento e fundos.

Do mesmo tempo, tem prosseguido os trabalhos relativos à elaboração dos projectos de alteração dos estatutos da Intersindical Nacional, ao da Lei Sindical e do programa de acção da Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses, cujo ritmo permite prever a possibilidade de respectivo envio, para todos os sindicatos, uniões e federações, nos prazos estabelecidos, de modo a que possam ser amplamente discutidos por todos os trabalhadores.

data 11/11/76

PUBLICIDADE

data 11/11/76

## COMUNICADO SOBRE O JULGAMENTO DE DIRIGENTES SINDICAIS DO SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS

1. Dirigentes Sindicais Rodoviários vão ser julgados às 10 horas da próxima sexta-feira no Tribunal de S. João Novo;
2. O Secretariado da USP/Intersindical manifesta-lhes por este meio a sua total solidariedade, consciente de que se visa neste «processo-crime» o próprio Movimento Sindical e a luta dos trabalhadores na defesa dos seus postos de trabalho;
3. O Secretariado da União dos Sindicatos do Porto apela a todos os representantes sindicais para, pelos meios possíveis, expressarem o seu apoio àqueles dirigentes sindicais.

Porto, 10 de Novembro de 1976.

O Secretariado da USP/INTERSINDICAL

## INTERSINDICAL CRITICA «BOICOTE» DA C. E. E.

data 11/11/76

O secretariado da Intersindical reuniu com o grupo de trabalho sobre Portugal do comité económico e social da C. E. E.

Durante a reunião, segundo notícia a ANOP, o secretariado da Intersindical analisou a posição do movimento sindical português sobre a situação económica e política em Portugal, criticando o boicote da C. E. E. e dos países da C. E. E. à economia portuguesa após o 25 de Abril e as imposições políticas da sua ajuda, revelou à ANOP um informador da central sindical.

Os dirigentes da Intersindical explicaram ainda que os sindicatos de trabalhadores agrícolas, a quem o grupo de trabalho tinha pedido uma reunião, recusaram reunir com o comité da C. E. E., em virtude deste ter anteriormente reunido com a C. A. P. e responsabilizaram o Ministério dos Negócios Estrangeiros por ter dado à C. A. P. uma representatividade que ela não possui.

Depois de referir que os elementos do grupo de trabalho da C. E. E. afirmaram que o programa foi elaborado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, o informador da central sindical portuguesa «estranhou» que, não reconhecendo o Ministério da Agricultura e Pescas a C. A. P., o Ministério dos Negócios Estrangeiros a considere representativa.